



By @kakashi_copiador

Aula 08 - Profº Márcio Damasceno

*Caixa Econômica Federal (CEF) (Técnico
Bancário) Redação - Sem Correção -
2023 (Pré-Edital)*

Autor:
Carlos Roberto

08 de Fevereiro de 2023

Sumário

Tema 17.....	3
Proposta de solução.....	5
Tema 18.....	6
Proposta de solução.....	8
Tema 19.....	9
Proposta de solução.....	11
Tema 20	12
Proposta de solução.....	13
Tema 21.....	15
Proposta de solução.....	17
Tema 22	18
Proposta de solução.....	19
Tema 23.....	20
Proposta de solução.....	22
Tema 24	24
Proposta de solução.....	25
Quarta rodada de temas	26
Tema 25	26
Abordagem teórica.....	28
Proposta de solução.....	30
Tema 26	31
Abordagem teórica.....	32



Proposta de solução.....	40
Tema 27.....	41
Abordagem teórica.....	42
Proposta de solução.....	50
Tema 28	51
Abordagem teórica.....	53
Proposta de solução.....	58
Tema 29	60
Abordagem teórica.....	61
Proposta de solução.....	67
Tema 30.....	68
Abordagem teórica.....	71
Proposta de solução.....	76
Prática.....	77

INTRODUÇÃO

Olá, meus nobres alunos. Bem-vindos à nossa quarta e última rodada de temas. Espero que vocês tenham gostado e praticado os temas propostos.

Caso vocês tenham sentido falta de algum tema que considerem relevante, podem enviar as sugestões pelo meu IG ou pelo fórum. A depender da frequência de pedidos, posso preparar uma aula extra tratando sobre alguns desses temas.

No mais, espero que este curso possa ter contribuído com a sua caminhada. Bons estudos!

Instagram: profmarciodamasceno

Prof. Marcio



PADRÕES DE RESPOSTA DA TERCEIRA RODADA

Tema 17

Inédita

TEXTO I

A Educação a Distância – EaD tem ganhado espaço no cenário educacional do Brasil, apresentando-se como modalidade minimizadora de questões como deslocamento e ativismo, obrigando a presença do educando em um ambiente físico de aprendizagem com carga horária e frequência estabelecida, sendo fator determinante para aprovação. A flexibilidade é uma vantagem, mas pode transformar-se em desvantagem pelo exercício de autonomia por parte do educando, requerendo disciplina para abordagem, exploração e socialização dos questionamentos e conhecimentos adquiridos.

[...]

A Educação a Distância foi conceituada no Brasil por meio do citado Decreto nº 5.622 (Brasil, 2005):

Art. 1º: Para os fins deste Decreto, caracteriza a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Amparada nessa conceituação, a Educação a Distância delineou um papel colaborativo contemporâneo fundamental para a Educação, proporcionando diversos avanços por possibilitar a superação dos limites de espaço e tempo inerentes às formas tradicionais da educação presencial, graças, sobretudo, à utilização de tecnologias de informação e comunicação (TICs) atualmente disponíveis, com destaque para a internet. Foi responsável também por instigar e massificar uma característica edificante na EaD, autoaprendizagem, conforme podemos depreender do que está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pelo Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 (publicado no DOU de 11 de fevereiro de 1998), que assim define:

A Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação (MEC, 2003). Os meios de comunicação são os responsáveis pela alteração do conceito de presencialidade do educador (presença física), assim como sua responsabilidade do “ensinar” (LDB).

É imperativo ressaltar que a autoaprendizagem não representa necessariamente que o educando estará desassistido na construção do conhecimento, posto que os cursos a distância majoritariamente contam com a atuação de professores, tutores e diversos outros profissionais na nobre missão de desenvolver a mediação pedagógica, algo imprescindível ao processo de ensino e aprendizagem, em um processo



recorrente na EaD, que é a aprendizagem colaborativa, pela qual o conhecimento deve ser construído a partir da intensa relação entre os atores dos cursos.

Disponível em: <http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/educacao-a-distancia-desafio-e-perspectivas>. Acesso em: 23 de abril de 2020. Com adaptações

Educação EAD cresce 133% em mais de um ano após atualização de legislação

Há pouco mais de um ano de expedição do Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, norma que atualizou a legislação sobre a regulamentação do ensino a distância no Brasil, houve crescimento de 133% dos polos EAD no país.

Antes, eles eram 6.583 e passaram a ser 15.394 de acordo com o Ministério da Educação (MEC).

Dados mais recentes do Censo da Educação Superior, coletados em 2016 e publicados no segundo semestre de 2017, também apontam que mais de 18% das matrículas no ensino superior são em cursos a distância, alcançando a marca de 1.494.418 em 2016. Em 2006, o percentual de participação da modalidade era de apenas 4,2% do total de matrículas.

Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2018/07/12/internas_educacao,972964/educacao-ead-cresce-133-em-mais-de-um-ano-apos-atualizacao-de-legisla.shtml. Acesso em: 23 de abril de 2020.

Modelo de ensino a distância é desafio durante a pandemia do coronavírus

Na situação inusitada do isolamento social, a criação de um **modelo pedagógico** se tornou desafio tão grande quanto o combate em si ao coronavírus. Diante de **escolas fechadas por tempo indeterminado**, a **rede pública de Minas Gerais** tem nas mãos a missão de encontrar solução para suas **3.613 escolas e cerca de 1,8 milhão de alunos**, num território marcado por diferenças econômicas, sociais e culturais. Já a rede privada, diante do impasse entre aquelas que se valem ou não do recurso das aulas *online*, usa de sua autonomia para mobilizar os estabelecimentos a manter pelo menos algo em uníssono: o vínculo com as famílias.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais informa que **prepara estratégia** para oferecer aos estudantes a possibilidade de acesso ao conteúdo das disciplinas, caso a suspensão das atividades escolares se estenda. Seja na pública ou na particular, pelo menos um ponto é comum: o que os pais estão vivenciando, não importa em qual nível de ensino, é **totalmente novo**. "Seja fundamental ou médio, ninguém nunca passou pela experiência das aulas *online*", afirma a Sindicato das Escolas Particulares do Estado de Minas Gerais (Sinep-MG), Zuleica Reis.

Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/educacao/2020/04/02/internas_educacao,1134815/modelo-de-ensino-a-distancia-e-desafio-durante-a-pandemia-do-coronavir.shtml. Acesso em: 23 de abril de 2020.

A partir da leitura dos textos motivadores, redija um texto dissertativo sobre **a educação a distância (EaD) no Brasil: possibilidades e desafios**.



Proposta de solução

A educação a distância (EaD) é modalidade educacional em que professores e alunos interagem virtualmente, dispensando-se a reunião desses agentes no mesmo local e ao mesmo tempo. Assim como o prisioneiro libertado em o Mito da Caverna de Platão, para quem um novo mundo se descortinara, a EaD representa uma enorme oportunidade para acesso ao conhecimento, conquanto haja desafios a ela associados. [Introdução roteiro]

Inicialmente, destaca-se que, pela sua natureza, a EaD traz consigo inúmeras possibilidades. A maior delas é a democratização do ensino, pois é capaz de ofertá-lo em locais onde não há cursos presenciais ou para aqueles cujo acesso a ele não é viável. Além disso, devido à estrutura mais enxuta e à escalabilidade, apresenta custo inferior ao dos cursos tradicionais, o que a torna acessível a uma parcela da população incapaz de arcar com o custo de cursos presenciais. Nesse contexto, sobressai-se o conceito de Sociedade em Rede do sociólogo Manuel Castells, o qual previra a descentralização do conhecimento proporcionada pelo advento das redes digitais e, entre as suas vantagens, o processo de democratização do saber.

Contudo, há desafios associados ao modelo. Um deles é tornar mais acessíveis as ferramentas digitais necessárias ao acesso das plataformas digitais, o que envolve, por exemplo, a expansão da infraestrutura de rede para os locais mais afastados. Ademais, outro desafio é o rompimento de estereótipos referentes à EaD, visto que ainda há quem acredite que o ensino, só por ser presencial, é de maior qualidade. Ainda existe uma mentalidade que não reconhece o aluno como sujeito ativo do processo de aprendizagem e que entende ser imprescindível sua presença em sala de aula, sob o controle direto de um professor. Assim,



o grande desafio está em conceber uma escola que esteja alinhada com seu tempo e que responda às necessidades dos educandos contemporâneos e, assim, se faça atual.

Diante do exposto, percebe-se a existência de possibilidades, mas, também, de desafios, o que enseja cautela na adoção ampla desse modelo. Assim, as autoridades devem estudar minuciosamente todos os aspectos envolvidos, sobretudo, sob o ponto de vista da população vulnerável, de modo a evitar que as desigualdades se tornem ainda maiores com a adoção dessa modalidade de ensino.

Tema 18

O que é a 'cultura de cancelamento'

Mobilização por boicote a empresas ou pessoas que tiveram comportamento considerado errado ou inadequado (como comentários racistas) divide progressistas e causa debate nos EUA.

O movimento hoje conhecido como "cultura do cancelamento" começou, há alguns anos, como uma forma de chamar a atenção para causas como justiça social e preservação ambiental. Seria uma maneira de amplificar a voz de grupos oprimidos e forçar ações políticas de marcas ou figuras públicas.

Funciona assim: um usuário de mídias sociais, como Twitter e Facebook, presencia um ato que considera errado, registra em vídeo ou foto e posta em sua conta, com o cuidado de marcar a empresa empregadora do denunciado e autoridades públicas ou outros influenciadores digitais que possam amplificar o alcance da mensagem. É comum que, em questão de horas, o post tenha sido replicado milhares de vezes.

Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/o-que-e-a-cultura-de-cancelamento,05b5636a91de9260d31e6fe84d2938750qtcg903.html>. Acesso em: 12 de agosto de 2020 [adaptado].

"Gabriela Pugliesi cancelada" é resultado de uma sequência de situações polêmicas

"Se a intimidade com a audiência fosse diferente, ela talvez tivesse contornado de uma maneira tranquila", explica a pesquisadora Issaaf Karhawi.

Em meio à pandemia do novo coronavírus, em que autoridades de saúde do mundo inteiro pedem para que as pessoas fiquem em casa, a influenciadora digital Gabriela Pugliesi resolveu dar uma festa em casa para poucos amigos. Não contente, ela e seus amigos resolveram registrar tudo nas redes sociais.



Tudo pegou muito mal. Milhões de pessoas não gostaram do desrespeito com a situação em que estamos vivemos e no dia seguinte ela foi obrigada a pedir desculpas para seus seguidores.

Mesmo assim a audiência não aceitou o que ela tinha para dizer, e Gabriela acabou sendo cancelada pelas redes sociais. Em consequência, ela desativou o perfil no Instagram. A situação foi além da reação negativa da audiência, pesou no bolso e mais de dez marcas quebraram contratos com a influenciadora.

Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/gabriela-pugliesi-cancelada_br_5ea9caedc5b63115cec2c5a7. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

O que "sinal de OK" retratado como racista nas redes revela sobre a "cultura de cancelamento".

No último dia 3 de junho, o americano Emmanuel Cafferty, de 47 anos, voltava para casa depois de mais um dia de trabalho. Sua rotina era passar entre 8 e 12 horas diárias em inspeções na rede subterrânea de gás e eletricidade da cidade de San Diego, na Califórnia. Era fim de tarde e fazia calor. Ao volante da caminhonete da empresa, ele mantinha a janela aberta, com o braço esquerdo para fora. Segundo Cafferty, ele estalava as juntas dos dedos da mão esquerda distraidamente, o polegar alongando os demais dedos em direção à palma da mão, um gesto que repetiu algumas vezes durante a entrevista com a BBC News Brasil.

"Foi nesse momento que um homem desconhecido, com um celular e uma conta de Twitter, virou minha vida de cabeça pra baixo", contou Cafferty.

Fazia apenas uma semana que George Floyd, um homem negro e desarmado, havia sido morto por um policial branco em Minneapolis. As imagens do assassinato de Floyd causaram o que tem sido considerada a maior onda de protestos populares contra o racismo nos Estados Unidos. Nesse contexto, o estalar de dedos de Cafferty acabou interpretado por um motorista de outro veículo como um gesto específico, um símbolo usado por movimentos supremacistas brancos.

"Esse homem começou a buzinar e me xingar. Ele gritava: 'Você vai continuar fazendo isso?' E sacou o celular para fotografar. Achei que eu talvez tivesse fechado ele no trânsito, por acidente. Mas estávamos os dois parados no semáforo, eu não estava entendendo nada", relata Cafferty.

Duas horas após o incidente, seu supervisor telefonou para dizer que ele havia sido denunciado como racista nas redes sociais e estava sendo suspenso do trabalho, sem vencimentos. Uma hora mais tarde, seus colegas chegaram à sua casa para levar a caminhonete e o computador da empresa embora. Cinco dias depois, ele estava demitido.

"Foi assim que eu perdi o melhor emprego que já tive na vida", diz Cafferty. Sem faculdade, filho de migrantes mexicanos, ele vivia sua versão do sonho americano. Ganhava US\$ 41 por hora, o dobro do salário de seu emprego anterior, e tinha plano de saúde e de aposentadoria pela primeira vez na vida. Quando conseguiu a vaga, há seis meses, ele, as três filhas e os netos saíram para jantar em comemoração.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53458452>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

Considerando os textos acima como motivadores, escreva um texto dissertativo sobre os **aspectos positivos e negativos da cultura do cancelamento**.



Proposta de solução

O termo cultura do cancelamento é um fenômeno que consiste na mobilização para que se realize um boicote a pessoas ou empresas cujo comportamento tenha sido julgado inadequado ou ofensivo. Esse linchamento não é um comportamento propriamente novo, mas adquiriu outra dimensão por causa da internet e das redes sociais. Diante da relevância do tema no cenário atual, faz-se necessário discutir seus aspectos positivos e negativos.

Primeiramente, destaque-se a existência de aspectos positivos. A possibilidade de livre manifestação é um dos pilares do regime democrático e uma conquista a ser defendida, principalmente quando emerge de grupos oprimidos e em nome de causas ligadas à justiça social e ao combate ao preconceito. A capacidade de mobilização proporcionada pelo mundo digital é válida quando dirigida aos casos de graves violações e como forma de promover transformações na sociedade e mostrar que determinados comportamentos não mais são aceitos. Foi o caso do movimento “#MeToo”, o qual contribuiu para ostracizar uma série de acusados de assédio sexual, principalmente na indústria do entretenimento. [Argumento 1]

Contudo, há também aspectos negativos. Apesar do seu lado positivo, a questão da livre manifestação de pensamentos tem convergido para a intolerância, cenário em que a divergência de opiniões tem justificado a organização de verdadeiras hordas digitais voltadas para a destruição moral e profissional da vítima dos ataques. Diferentemente do que ocorre no mundo real, em que se presume a inocência do réu e em que uma eventual condenação é precedida de um ritual rigoroso, a cultura do cancelamento não dá o direito à defesa. Os julgamentos, ocorridos num contexto de demonstração de uma suposta superioridade moral,



inibem o livre debate de ideias e a circulação de opiniões distintas, pilar de qualquer democracia. [Argumento 2]

Dado o exposto, em face da existência de aspectos positivos e negativos, deve a sociedade repensar essa questão. Deve-se ponderar que há espaço para questionar atitudes preconceituosas e gerar debates construtivos, sem a necessidade de se destruir as vidas de pessoas que cometeram um erro, ato tipicamente humano. [Conclusão]

Tema 19

Inédita

TEXTO I

Papa Francisco: Falta de solidariedade e individualismo são os responsáveis da pobreza no mundo

O Papa Francisco foi à conferência da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) sobre a subnutrição, pedir mais solidariedade e dignidade para os pobres do mundo.

O sumo pontífice da Igreja Católica apelou à unidade das nações e à unidade de esforços para combater aquilo a que chama “o paradoxo da abundância” da sociedade atual, uma sociedade em que há comida suficiente para todos, mas nem todos têm comida.

Um fenômeno que resulta da falta de solidariedade e do individualismo...

“A falta de solidariedade – uma palavra que, suspeitamos, queremos, inconscientemente, tirar do dicionário....

...As nossas sociedades caracterizam-se por um crescente individualismo e pela divisão e isto acaba por privar os mais frágeis de uma vida digna e levar a revoltas contra as instituições”.

Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2018/07/12/internas_educacao,972964/educacao-ead-cresce-133-em-mais-de-um-ano-apos-atualizacao-de-legisla.shtml. Acesso em: 30 de abril de 2020.

TEXTO II

Polícia de SP prende dois homens que mataram ambulante no metrô

A polícia de São Paulo prendeu os dois homens que espancaram até a morte um ambulante, dentro de uma estação do metrô, no dia de Natal.



A prisão dos responsáveis pela morte do ambulante Luiz Carlos Ruas, o Índio, levou uma multidão revoltada à delegacia que apura crimes dentro do metrô. A passagem deles provocou tumulto. A polícia reagiu.

Ricardo Martins do Nascimento foi preso na noite desta terça-feira (27), em Itupeva, no interior de São Paulo, e levado para a capital. Na chegada, quase foi agredido. Ele falou sobre o crime. "Cara, a gente estava alterado. Cachaça... Não justifica, não. O certo é a gente pagar", diz Ricardo.

Ricardo e o primo, Alípio Rogério dos Santos, aparecem nas imagens das câmeras do metrô espancando até a morte o ambulante conhecido como Índio. Ele tentou defender dois homossexuais, também agredidos pelos dois rapazes. [...]

Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/12/policia-de-sp-prende-dois-homens-que-mataram-ambulante-no-metro.html>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

TEXTO III

No dia 9 de junho de 2017, em São Bernardo do Campo (SP), o tatuador Maycon Wesley Carvalho dos Reis, 27 anos, e seu vizinho Ronildo Moreira de Araújo, 29 anos, capturaram um jovem de 17 anos, dependente químico, alegando que ele estaria furtando uma bicicleta. Os dois subjugaram o rapaz e, como forma de "punição" pela tentativa de furto, tatuaram em sua testa a frase "sou ladrão e vacilão". O ato foi registrado por Maycon em um vídeo, que logo começou a circular viralmente nas redes sociais.

Este episódio ocorre em um contexto de uma série de linchamentos que têm aparecido na mídia brasileira nos últimos anos. Apesar de diferir dos episódios de linchamento em um aspecto importante, o de ser uma punição sumária executada na praça pública por uma turba, o caso guarda uma característica comum com estes: são casos de particulares "fazendo justiça com as próprias mãos", à revelia dos mecanismos estatais de regulação social e marcados pela violência. Ademais, apesar de não ter ocorrido fisicamente na praça pública, o registro em vídeo por parte de um dos perpetrantes garantiu que a punição tenha sido vista na "praça pública virtual" da internet.

Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72342/tres-conceitos-juridico-sociologicos-para-a-compreensao-do-caso-da-tatuagem-na-testa>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

TEXTO IV

Combate ao coronavírus estimula solidariedade e união no Brasil e no mundo

Enfrentamento à pandemia está despertando o altruísmo para enfrentar medo, solidão e o tédio na quarentena.

O combate ao coronavírus está estimulando diversas ações de solidariedade e união pelo país e pelo mundo – algumas, repletas de humor.

Com o isolamento, a população menos propensa à doença está se oferecendo para ajudar idosos, um dos principais grupos de risco da Covid-19, ou até distribuir álcool em gel para quem precisar. Outras pessoas que enfrentam quarentena pelo mundo usam a criatividade para estimular a união e o senso de coletividade.

O G1 mapeou algumas destas ações. Entre as iniciativas, estão:

- 'Adoção' de idosos para aplacar a solidão



- Aplausos a equipes médicas
- Bingo na janela
- Cantoria nas janelas e varandas
- Compra para idosos
- Distribuição de álcool em gel
- Exercícios físicos da laje e varandas

Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/19/combate-ao-coronavirus-estimula-solidariedade-e-uniao-pelo-pais-e-pelo-mundo.ghtml>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

A partir da leitura dos textos motivadores, redija um texto dissertativo sobre a **importância da solidariedade em tempos de crise**.

Proposta de solução

O homem é um ser gregário que se realiza no exercício da solidariedade, que é a capacidade de entender o sofrimento alheio e de tomar providências para minimizá-lo. Trata-se de sentimento que deve ser exercido coletivamente, essencialmente em crises, apesar do processo de forte individualismo dos tempos atuais [tese].

Em primeira análise, ressalte-se que a solidariedade deve ser exercida coletivamente, principalmente nos momentos de crise, pois é situação em que as pessoas se encontram em maior estado de vulnerabilidade. Basta observar o que tem ocorrido na pandemia da Covid-19, em que as pessoas mais desprovidas de recursos, por exercerem atividades laborais mais informais, tiveram sua possibilidade de trabalho mais restringida. Nesse contexto, a solidariedade se torna ainda mais central e, pelos efeitos benéficos que provoca, pode ser adotada de forma coletiva, consoante concebida por Immanuel Kant, em seu Imperativo Categórico. Assim, a solidariedade deve servir como referência moral ou lei universal, o que permitirá à sociedade alcançar patamares de maior igualdade entre os indivíduos.



Em segunda análise, a humanidade passa por um processo de fortalecimento do individualismo, com a sobreposição dos valores individuais pelos coletivos, fenômeno que não passou despercebido pelo sociólogo Zygmunt Bauman. Em uma das suas obras, "Modernidade Líquida", observou-se a menção à fragilização e à instantaneidade das relações afetivas, formadas por laços momentâneos e volúveis, relegados a mercadorias descartáveis. Potencializa esse fenômeno o advento da internet e das redes sociais, as quais enfraquecem a vida em comunidade e o contato entre indivíduos, bem como reduzem o grau de empatia humana, pela frieza em que se travam as relações interpessoais. O consumismo recrudesce essa situação: ligado ao ideal de felicidade em que é necessário ter para "ser", isola os indivíduos e reduz os não consumidores a uma situação de invisibilidade.

Diante do exposto, reafirma-se a importância da solidariedade em momentos de crise, a qual deve suplantar o individualismo da sociedade contemporânea. Para que atitudes solidárias possam se proliferar, é necessária a divulgação das iniciativas existentes, o que demanda a participação dos meios de comunicação, agente central para o engajamento social em campanhas de auxílio aos mais necessitados.

Tema 20

Texto I

Democracia

Democracia (do grego demos, "povo", e kratos, "autoridade"). Segundo o dicionário Aurélio: "1– Governo do povo; soberania popular; democratismo. 2– Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder." "É o governo do povo, para o povo, pelo povo". "Governo do povo" quer dizer governo com um sentido popular; "para o povo" significa que o objetivo é o bem do povo; "pelo povo" quer dizer realizado pelo próprio povo. Na democracia é o povo quem toma as decisões políticas importantes (direta ou indiretamente por meio de representantes eleitos).



A Democracia surgiu na Grécia onde o governo era realmente exercido pelo povo, que fazia reuniões em praça pública para tratar de vários assuntos e problemas, era a chamada Democracia Direta. Neste tipo de democracia, as decisões são tomadas em assembleias públicas. Com o crescimento das populações, as reuniões em praça pública ficaram impossíveis de acontecer, surgiu, então, um novo tipo de Democracia, a Democracia Representativa, onde o povo se reúne e escolhe – por meio do voto – os representantes que irão tomar decisões em seu nome. Este é o processo mais comum de tomada de decisão nos governos democráticos, também chamado de mandato político. A democracia se opõe à ditadura e ao totalitarismo e reúne princípios e práticas que protegem a liberdade do ser humano.

Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia>. Acesso em 13 de abril de 2018.

TEXTO II

Por que a democracia está em crise?

O descontentamento com o funcionamento da democracia e o crescimento do radicalismo político se tornaram fenômenos globais, apontaram pesquisas divulgadas no mês passado pelo Pew Research Center e pelo Instituto Ipsos, que ouviram pessoas em 27 países. No Brasil, a imensa maioria (83%) se diz insatisfeita com o funcionamento da democracia, segundo o Pew Research, e a polarização no País é recorde: 32% dos brasileiros acreditam que não vale a pena tentar conversar com pessoas que tenham visões políticas diferentes das suas, de acordo com o Ipsos.

Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/05/13/interna_politica,1053274/por-que-a-democracia-esta-em-crise.shtml. Acesso em: 14 de maio de 2020.

A partir da leitura dos textos de motivadores, redija um texto dissertativo sobre **a crise no sistema democrático brasileiro**, relacionando-a com a corrupção e a polarização.

Proposta de solução

A democracia é o regime em que a soberania é exercida pelo povo, verdadeiro e legítimo titular do Poder. Diante da ausência de respostas satisfatórias acerca de problemas que têm enfrentado, a democracia tem sido objeto de questionamento pelos cidadãos, fenômeno denominado de crise da democracia. Esse fenômeno agravou-se devido à corrupção e à polarização.

Um dos motivos que têm abalado a confiança dos cidadãos no regime democrático é a corrupção que assola o país, que é comprovada por estudos internacionais sobre o tema. De



acordo com pesquisa que mede a percepção da corrupção pela população, organizada pela Transparência Internacional, o Brasil ocupou a posição de centésimo sexto país mais corrupto entre cento e oitenta países analisados. A corrupção desestabiliza a democracia, pois transmite à população a mensagem de que os seus representantes, eleitos por esse sistema, dedicam-se mais a cuidar das causas particulares do que das pautas de interesse coletivo. No caso brasileiro, essa falta de credibilidade é refletida na elevada margem de votos brancos e nulos observada nas eleições para quaisquer cargos eletivos. [Tópico 1]

Outrossim, o cenário de intensa polarização é outro fator que compromete a democracia, regime fundado na tolerância, no diálogo e no respeito a diferentes crenças e visões. A polarização, divergência extrema de opiniões, tem aumentando a intolerância na sociedade, fazendo com que as pessoas enxerguem as que não comungam das mesmas opiniões como inimigos, o que compromete a construção de um consenso, fundamental para a evolução da sociedade. No lugar do debate, que se dá no campo das ideias, tem-se o embate, que ocorre em nível pessoal. Reforce-se que, sem tolerância, não há diálogo, e sem ele não há consenso, o que inviabiliza o desenvolvimento da democracia. [Tópico 2]

Diante do exposto, constata-se que a democracia tem sido negativamente afetada pela corrupção e pela polarização. Nesse sentido, deve-se realçar o relevante papel da sociedade no fortalecimento da democracia, o que pode ocorrer pela participação mais ativa dos cidadãos no processo eleitoral, informando-se sobre o perfil e histórico dos candidatos, fiscalizando a sua conduta quando eleitos e cobrando a investigação e eventual punição quando comprovados desvios. Devem, também, cultivar uma cultura que promova o diálogo, de forma que, no



lugar de duclarem entre si, empreguem seus esforços na discussão dos grandes problemas nacionais e na cobrança dos que foram eleitos para resolvê-los.

Tema 21

Ciência (do latim *scientia*, traduzido por conhecimento) refere-se a qualquer conhecimento ou prática sistemáticos. Em sentido estrito, ciência refere-se ao sistema de adquirir conhecimento baseado no método científico bem como ao corpo organizado de conhecimento conseguido através de tais pesquisas.

Ciência, tecnologia e inovação são fundamentais para o avanço da sociedade. A ciência permite à humanidade compreender um pouco mais sobre a natureza. É importante na nossa vida pois nos ajuda a ter uma qualidade de vida melhor, uma vez que através dela muitas doenças foram eliminadas, e possibilita avanços na saúde, alimentação, energia e em outros.

A ciência está mais presente do que imaginamos nas pequenas coisas do cotidiano. Podemos começar com o desenvolvimento tecnológico. Seus benefícios estão presentes em toda a nossa rotina, facilitando serviços diários e atividades que, hoje, não imaginamos de outra forma.

A ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I) "são, no cenário mundial contemporâneo, instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a democratização de oportunidades" (PACTI, 2007, p. 29).

De acordo com a UNESCO, "a ciência é o conjunto de conhecimentos organizados sobre os mecanismos de causalidade dos fatos observáveis, obtidos através do estudo objetivo dos fenômenos empíricos"; enquanto "a tecnologia é o conjunto de conhecimentos científicos ou empíricos diretamente aplicáveis à produção ou melhoria de bens ou serviços".

Tecnologia é um produto da ciência e da engenharia que envolve um conjunto de instrumentos, métodos e técnicas que visam à resolução de problemas. É uma aplicação prática do conhecimento científico em diversas áreas de pesquisa.

Inovação é a ação ou o ato de inovar, ou seja, modificar antigos costumes, manias, legislações, processos etc.; efeito de renovação ou criação de uma novidade. O conceito de inovação é bastante utilizado no contexto empresarial, ambiental ou mesmo econômico.

Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/82237/a-importancia-da-ciencia-tecnologia-e-inovacao-para-a-sociedade>. Acesso em: 25 de maio de 2021. (Com adaptações)

A crise de valores no mundo contemporâneo

Nos tempos modernos, experimentamos uma inversão de valores morais, que são o fundamento da ética. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia foi tão grande, rápido e intenso que assumiu dimensões



inimagináveis. Diante desse espantoso e vertiginoso desenvolvimento, o homem foi empalidecendo, perdendo sua posição central.

O trabalho alienado, que transforma o trabalhador em mais uma mercadoria, fez que o homem perdesse sua capacidade de ser o sujeito das situações. Manipulado no universo do trabalho, manipulado no mundo do consumo, o homem pode estar perdendo sua humanidade.

Na sociedade capitalista, o dinheiro é que ocupa o centro das atenções. Uma pessoa vale pelo dinheiro que possui ou que pode produzir. O psicanalista Erich Fromm caracterizou nossa sociedade como aquela que dá muito mais importância ao ter do que ao ser. Isso mostra que, nos dias de hoje, as pessoas já não têm o ser humano como valor fundamental, mas, sim, o dinheiro, o lucro.

Podemos compreender, assim, alguns fatores aparentemente incompreensíveis: acidentes que acontecem em edificações e matam dezenas de pessoas, porque houve algum tipo de economia na construção ou interesse na destruição; pessoas que morrem em hospitais, porque a verba repassada pelo governo já não atende à ganância dos donos das casas de saúde; investimento de fortunas em projetos mirabolantes, ao passo que parcela enorme da população passa fome, vive nas ruas sem casa, escola, sistema de saúde, sem o mínimo necessário para uma sobrevivência com dignidade.

Quando nos voltamos para o âmbito da ciência, a realidade não é diferente. Com o crescimento da velocidade da produção de conhecimentos científicos, acaba-se por atropelar o ser humano. Se, no princípio, a ciência desenvolvia-se para buscar respostas para os problemas de sobrevivência do homem em um mundo adverso, com o tempo, ela passa a se desenvolver por si mesma, porque o próprio conhecimento se torna um valor a ser perseguido. No processo histórico do desenvolvimento científico e tecnológico, muita coisa foi produzida visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas muita coisa foi produzida segundo outros interesses. A bomba atômica é um lamentável exemplo: longe de melhorar a vida, acabou com a vida de milhares de seres humanos. Isso só foi possível porque, no centro dos valores, já não estava a promoção da vida humana, mas o lucro e o desenvolvimento do conhecimento, que, por sua vez, pode ser uma ótima forma de gerar dinheiro.

Sílvio Gallo (org.). Ética e cidadania: caminhos da filosofia.
Campinas: Papirus, 2000, p. 106-7 (com adaptações).

A partir da leitura dos textos de apoio e do seu conhecimento de mundo, elabore um texto dissertativo-argumentativo em que você discuta o seguinte tema: **A importância da ciência num contexto constante de questionamento dos seus resultados e contribuições**. Selecione fatos e argumentos, relacionando-os, de modo coeso e coerente, para construir seu ponto de vista.



Proposta de solução

Tem-se observado, em escala mundial, um movimento de forte questionamento sobre os resultados e as contribuições da ciência, capitaneado por movimentos de caráter negacionista e obscurantista. Essa crise de confiança está em descompasso com a dependência da humanidade em relação à ciência, pois é incontestável a sua grande importância, principalmente, por aumentar a qualidade de vida das pessoas e por combater o negacionismo. [tese]

Primeiramente, destaque-se que a ciência presta imensa contribuição para o aumento da qualidade de vida das pessoas. Com efeito, graças à evolução científica no campo da medicina, foi possível encontrar a cura para várias doenças que assolavam a humanidade em tempos remotos, reduzir o sofrimento de enfermos e aperfeiçoar o diagnóstico de doenças. Nesse sentido, pode-se destacar a vacina para a varíola, a invenção da penicilina e dos raios x. Outro campo em que a ciência proporcionou um salto de qualidade de vida à humanidade foi o da eletricidade e magnetismo. Por meio das descobertas de Benjamin Franklin, Thomas Edison e outros, a humanidade goza de facilidades como iluminação elétrica, telefones, computadores, celulares e a própria internet.

Além disso, a ciência é uma ferramenta de combate ao negacionismo, haja vista ser uma fonte de produção de informação fidedigna, o que afasta versões dos fatos desprovidas de qualquer evidência consistente ou rigor metodológico. Devido às grandes contribuições prestadas pela ciência à sociedade e à sua confiabilidade, oriunda dos seus pressupostos (a dúvida como fundamento, o rigor formal e o método científico), a ciência é capaz de refutar versões desacopladas dos fatos, baseadas em opiniões e que podem ser extremamente danosas à sociedade. Um exemplo em que isso se observa é o movimento antivacina, o qual tem tornado



possível o crescimento de doenças outrora já erradicadas: na Europa, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, 2018 registrou o maior número de casos de sarampo da década, 82,5 mil casos.

Diante do exposto, percebe-se que a ciência é uma das mais importantes ferramentas para o progresso da humanidade. Diante dessa relevância, devem ser prioridades dos Estados o investimento em pesquisa científica e a valorização dos pesquisadores. Por outro lado, é necessário que a comunidade científica se aproxime da população, para que se conheça melhor os seus métodos, e invista em comunicação, para que as pessoas possam entender e compreender o papel social da ciência.

Tema 22

A “pós-verdade” despontou para a fama graças ao Dicionário Oxford, editado pela universidade britânica, que anualmente elege uma palavra de maior destaque na língua inglesa. Na definição britânica, “pós-verdade” é um adjetivo “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”. Não seria então, exatamente, o culto à mentira, mas a indiferença com a verdade dos fatos. Eles podem ou não existir, e ocorrer ou não da forma divulgada, que tanto faz para os indivíduos. Não afetam os seus julgamentos e preferências consolidados.

Internet: <www.cartacapital.com.br> (com adaptações).

O negócio é que, quando só falamos com nossos iguais, não temos de encarar contra-argumentos. Aí nossas opiniões vão se tornando mais rígidas, extremas e, muitas vezes, distorcidas. Liberais ficam mais liberais, conservadores mais conservadores. Cada lado se fecha com suas certezas. Pensando na “experiência do usuário”, as redes desenvolveram ferramentas e algoritmos que recortam e recontam o mundo para nos mostrar só o que queremos ver. Uma realidade ilusória, feita sob medida para cada um de nós, para satisfazer nossos gostos, interesses e crenças. Se algo não aparece na minha timeline, não existe. Se os outros não concordam comigo, eu ignoro. Se um dado me contradiz, é falso. Mas, se confirma o que penso, só pode ser verdadeiro. E ponto final. Mentiras, radicalismos e obscurantismos existem desde sempre, claro. Mas agora encontram nas bolhas, filtros e caixas de ressonância das redes sociais um ambiente perfeito para a proliferação. Os efeitos da pós-verdade estão aí para quem quiser ver. No ano passado, um dos



responsáveis pela campanha do Brexit admitiu: “fatos não funcionam, é preciso se conectar com a emoção das pessoas”.

Internet: <<http://cultura.estadao.com.br>> (com adaptações).

Constituição da República Federativa do Brasil

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Tendo os textos acima como referência inicial, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema: **a intolerância nas relações sociais contemporâneas: a cultura do ódio.**

Proposta de solução

Identificada pelo filósofo iluminista francês Voltaire como um obstáculo à liberdade de expressão e ao progresso da humanidade, a intolerância consiste na incapacidade de respeitar as diferenças. Embora não seja fenômeno recente, observa-se, na sociedade contemporânea, uma onda de intolerância, movimento que se fortaleceu com o advento da internet e é responsável pela criação de uma cultura do ódio. [Tese]

Inicialmente, ressaltar-se que a internet tem contribuído para o agravamento da intolerância. A rede mundial fomenta a formação de grupos sociais herméticos, visto que os indivíduos passam a ter contato, apenas, com informações que reforcem suas próprias convicções, o que dificulta a aceitação de pontos de vista diferentes. Isso se deve, principalmente, aos filtros de informações operacionalizados pelos algoritmos, responsáveis pela criação das “bolhas virtuais”. Num contexto de polarização como o atual, a possibilidade de difusão ilimitada da informação, a possibilidade do anonimato e a



difficuldade de identificar e punir os responsáveis encoraja a hostilidade, o radicalismo e o preconceito, recrudescendo, ainda mais, a cultura do ódio no seio social.

Além disso, a cultura do ódio, na qual as pessoas que pensam de forma diferente são vistas como inimigas, é fruto de um mundo marcado pela intolerância. Em tempos de elevada polarização como os atuais, a tendência é que o diálogo racional, tolerante e compreensivo, imprescindível ao amadurecimento da sociedade, ceda lugar ao ódio, território em que predominam as emoções. Nesse contexto, os fatos, os objetivos e a realidade são suplantados pelos julgamentos e pelas preferências consolidadas. Informações verdadeiras que, por ventura, chocarem-se com as verdades cristalizadas dos indivíduos são, simplesmente, desconsideradas e desqualificadas, criando-se uma seletividade cujo filtro são as crenças pessoais. A intensidade desse fenômeno nos dias atuais é comprovada pela escolha de "pós-verdade" como palavra do ano pelo dicionário Oxford em 2016.

Diante da problemática exposta, ficam claras as mazelas sociais decorrentes da cultura do ódio. Nesse sentido, é importante que os indivíduos reflitam sobre a importância da pluralidade de opiniões, pois são as diferenças que promovem o amadurecimento social e a construção de uma sociedade mais evoluída.

Tema 23

Corrupção - uma questão cultural ou falta de controle?

Suborno, propina, carteirada, "rouba, mas faz". Casos como Mensalão e Operação Lava Jato estampando manchetes de jornal. Quem já não escutou alguém dizer que no Brasil a corrupção é algo natural? Muito se fala que ela faz parte de quem somos. No entanto, a corrupção é fenômeno inerente a qualquer forma de governo, seja democrático ou despótico, em países ricos ou em desenvolvimento. Então o que nos faz



acreditar que a prática é uma característica brasileira, parte do modo de viver que nós chamamos de "jeitinho brasileiro"?

Bem, primeiro vamos entender o que é corrupção. A palavra corrupção vem do latim *corruptus*, que significa quebrado em pedaços. Na república romana, ela se referia à corrupção de costumes. No mundo contemporâneo, sua prática pode ser definida como utilização do poder, cargo público ou autoridade – também chamada de tráfico de influência - para obter vantagens e fazer uso do dinheiro público ilegalmente em benefício próprio ou de pessoas próximas.

[...]

Para muitos, a corrupção é um fator moral e cultural. Como descreveu o antropólogo Sérgio Buarque Holanda no livro *Raízes do Brasil* (1936), o brasileiro (segundo ele, um indivíduo cordial, que pensa com a emoção) teria desenvolvido uma histórica propensão à informalidade, o que se refletiria nas suas relações com outros indivíduos, instituições, leis e a política.

Esse comportamento explicaria a origem, mais tarde, do "jeitinho brasileiro". Nessa predisposição à informalidade, entre o que pode e o que não pode por meios legais, a malandragem, o "jeitinho" e frases como "você sabe com quem está falando?", como cita Roberto DaMatta, surgem como formas de se obter vantagens e burlar regras seja no âmbito do poder seja nas nossas relações do dia a dia.

Disponível em: www.vestibular.uol.br/atualidades Acesso em 09 de junho de 2020. Texto original escrito por Andreia Martins. (Adaptado).

Corrupção - uma doença social

Sair às ruas para protestar contra a corrupção tem sido um ato cada vez mais comum. Claro, a corrupção está aí, corrompendo nossas instituições, "surrupiendo" o dinheiro dos nossos impostos, dizimando o pouco de esperança que resta em uma população "honesta", que honra com seus mais profundos preceitos éticos, códigos morais e que educa seus descendentes pelo exemplo...

A corrupção é uma praga realmente, um mal que precisa ser combatido. Mas vejamos só... Pensando no antídoto...

A corrupção é uma síndrome que se manifesta apenas em políticos e administradores de grandes construtoras? É uma doença transmitida por algum inseto? Um inseto que escolhe quem picar? Ela é genética, é transmitida de uma geração para outra? Ela foi importada de outro país ou quem sabe de outro planeta?

Não, claro que não! A corrupção nasce em nossas casas, todos os dias. Está presente dentro do nosso mais profundo ser, enraizada em velhos e novos hábitos. Ela se perpetua como uma praga, age como o mais potente vírus, pois é capaz de se reinventar a uma velocidade incalculável. Parece muitas vezes invisível, mas ataca todas as raças e classes sociais. O período de incubação é variável, em alguns casos pode nunca se manifestar. Mas quem padece deste mal nega sempre que está doente...



A corrupção está presente em nossas casas, nas ligações irregulares de água, na TV a cabo pirata, nos filmes baixados por *torrent*, na versão "beta" do Windows e de todo o pacote Office, na árvore cortada sem autorização, no valor do imóvel subestimado, no imposto de renda parcial.

A corrupção está presente nas ruas, no desrespeito às vagas preferenciais, no suborno ao guarda, no bem achado e não devolvido, no troco errado não relatado...

A corrupção está presente nas escolas, nas provas coladas, nos trabalhos plagiados, nas respostas compradas, no livro "xerocado"...

Ela está presente nas empresas, nos impostos omitidos, no "por fora" do trabalhador, na contratação informal, nos favorecimentos contratuais, na nota fria...

E não podia ser diferente, ela está presente nos órgãos públicos, nas licitações direcionadas, nas decisões políticas onerosas, nas indicações pessoais...

A ocasião e a oportunidade fazem o corrupto, se a corrupção vem de berço, o político é mero retrato de uma sociedade corrupta. Ele não é a causa dos problemas, mas a consequência de uma epidemia de doentes morais, de cegos éticos, que fecham os olhos para os pequenos atos de corrupção do dia a dia.

Por isso, protestar é um direito, mas não praticar atos de corrupção é mais do que uma obrigação."

ZSCHORNACK, Thiago. Disponível em:
<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/atualidades/corruptao-uma-doenca-social.htm>.
Acesso em 09 de junho de 2020.

Considerando os textos acima como meramente motivadores, redija um dissertativo sobre:

CORRUPÇÃO NO BRASIL: FENÔMENO SOCIAL A SER COMBATIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA INDIVIDUAL

Proposta de solução

A corrupção é um problema histórico e, no Brasil, vem desde o período colonial, o qual teve como característica o patrimonialismo e o clientelismo. Trata-se de um grave estorvo social, que traz sérios prejuízos à sociedade, o que exige ações por parte desta para a superação do problema.

Inicialmente, no que pese haver uma noção generalizada de que é restrita à classe política, aos gestores públicos, empreiteiros e estatais, pode-se afirmar que a corrupção é um fenômeno social. Isso porque encontra-se disseminada de forma ampla na sociedade,



evidenciada por atitudes antiéticas, que passam, muitas vezes, completamente despercebidas por quem as pratica e pelos demais cidadãos que as testemunham. Nesse contexto, Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro "Raízes do Brasil", apresenta o conceito de "homem cordial", o qual define um padrão comportamental tipicamente brasileiro e que se caracteriza pela informalidade, pela aversão às regras e pelo uso da impessoalidade para resolver os problemas. Assim, as ideias do historiador reforçam as matrizes históricas da corrupção no país e condizem com diversas práticas revestidas de normalidade, como o suborno de agentes públicos para evitar a aplicação de multas no trânsito.

Nesse sentido, é necessário compreender que o ponto inicial para a modificação desse paradigma envolve ações individuais. A partir de cada pequeno ato, os cidadãos podem modificar práticas enraizadas na sociedade e, por meio de bons exemplos, gerar um efeito multiplicador. Dessa forma, deve haver por parte de cada indivíduo uma avaliação permanente sobre a lisura dos próprios atos e uma baixa tolerância com a corrupção alheia, mesmo que, de alguma forma, isso lhe favoreça. Trata-se de medida fundamental para criar e disseminar uma cultura de valorização da ética, moldando as gerações vindouras de forma a constituir um círculo virtuoso. Igualmente importante é o exercício da cidadania, no que tange ao voto. Uma sociedade consciente e intolerante com posturas reprováveis do ponto de vista ético evita o exercício do poder por agentes de índole questionável e transmite uma mensagem positiva no sentido de coibir atos de corrupção.

Diante dos fatos expostos, observou-se que a corrupção é fenômeno social cujo combate envolve a participação de todos. É por meio das condutas de cada um dos integrantes do tecido social que se chegará à transformação almejada pela coletividade.



Tema 24

Texto I

“A lei, própria, primária e principalmente, diz respeito à ordem para o bem comum. Ora, ordenar para o bem comum é próprio de todo o povo ou de quem governa em lugar dele. E, portanto, legislar pertence a todo o povo ou a uma pessoa pública, que o rege. Pois, sempre, ordenar para um fim pertence a quem esse fim é próprio.” Santo Tomás de Aquino Art. 3 – Se a razão particular pode legislar.

(Disponível em: <http://permanencia.org.br/drupal/node/1748>.)

Texto II

Democracia

Democracia (do grego demos, “povo”, e kratos, “autoridade”). Segundo o dicionário Aurélio: “1– Governo do povo; soberania popular; democratismo. 2– Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder.” “É o governo do povo, para o povo, pelo povo”. “Governo do povo” quer dizer governo com um sentido popular; “para o povo” significa que o objetivo é o bem do povo; “pelo povo” quer dizer realizado pelo próprio povo. Na democracia é o povo quem toma as decisões políticas importantes (direta ou indiretamente por meio de representantes eleitos).

A Democracia surgiu na Grécia onde o governo era realmente exercido pelo povo, que fazia reuniões em praça pública para tratar de vários assuntos e problemas, era a chamada Democracia Direta. Neste tipo de democracia, as decisões são tomadas em assembleias públicas. Com o crescimento das populações, as reuniões em praça pública ficaram impossíveis de acontecer, surgiu, então, um novo tipo de Democracia, a Democracia Representativa, onde o povo se reúne e escolhe – por meio do voto – os representantes que irão tomar decisões em seu nome. Este é o processo mais comum de tomada de decisão nos governos democráticos, também chamado de mandato político. A democracia se opõe à ditadura e ao totalitarismo e reúne princípios e práticas que protegem a liberdade do ser humano.

(Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia>.)

TEXTO III

Fim da democracia na Venezuela

Maduro elimina de forma sistemática a oposição e toma povo como refém. Comunidade internacional deve ajudar venezuelanos, mas agir com dureza contra o regime, opina a chefe do Departamento América Latina, Uta Thofern.

<https://www.dw.com/pt-br/opini%C3%A3o-fim-da-democracia-na-venezuela/a-38218779>

Com base nos textos motivadores, redija um texto dissertativo-argumentativo acerca do tema: **“O regime democrático e a ‘consciência política’, dois elementos fundamentais para a construção de sociedades justas e igualitárias.”**



Proposta de solução

Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, elencados na Constituição Federal de 1988, consta a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Para o alcance dessa meta, são elementos fundamentais o regime democrático e a consciência política. [Tese]

Inicialmente, reforce-se que o regime democrático é um pilar para a construção de sociedades justas e igualitárias. Com efeito, a democracia é o regime político em que a soberania é exercida pelo povo, verdadeiro e legítimo titular do poder. É a prevalência da vontade da maioria, desde que respeitados os direitos das minorias. Numa democracia, há a isonomia de direitos entre os seus integrantes, os cidadãos, bem como existem deveres a serem, igualmente, cumpridos por todos, como a obrigação de cumprir as leis e de participar da vida política. Nesse sentido, observa-se que a democracia é um regime o qual pressupõe o respeito às liberdades e a igualdade entre os cidadãos e, por isso, figura-se em um alicerce para a constituição de sociedades equitativas.

Além disso, a consciência política também é elemento fundamental para a construção de sociedades justas e igualitárias. Ela se manifesta de diversas maneiras, por exemplo, por meio do voto. Trata-se da expressão concreta da cidadania, instrumento através do qual os indivíduos escolhem os seus representantes, aqueles que possuirão a prerrogativa de exercer o poder titularizado pelo povo e decidir os rumos da nação. Contudo, essa consciência política transcende o voto, eis que envolve: o interesse pelo estudo e debate de assuntos relativos à vida política do país (o que permite a escolha de melhores representantes), a consciência sobre a obrigação de participar ativamente da vida política, a fiscalização dos atos dos seus



representados (controle social), entre outros. Assim, a partir do entendimento da sua importância no processo democrático, os cidadãos são peças fundamentais para o aperfeiçoamento da sociedade.

Diante do exposto, nota-se a intrínseca relação entre a democracia, a consciência política e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Disso se depreende a importância da participação da sociedade e a necessidade de amadurecimento da classe política, elementos fundamentais para a consecução dos objetivos constitucionalmente definidos.

QUARTA RODADA DE TEMAS

Tema 25

Texto I

A Lei de Cotas nas universidades completa três anos neste sábado, 29. Mas há algo mais a comemorar. As metas da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, têm sido atingidas antes mesmo do previsto pelas 128 instituições federais de ensino que participam do sistema.

A lei reserva no mínimo 50% das vagas das instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes de escolas públicas, que são preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à presença desses grupos na população total da unidade da Federação onde fica a instituição.

Em 2013, o percentual de vagas para cotistas foi de 33%, índice que aumentou para 40% em 2014. Para se ter uma ideia do avanço, a meta de atingir 50% está prevista para 2016. Do percentual de 2013, os negros ficaram com 17,25%. O número subiu para 21,51% em 2014.

Até agora, de acordo com projeção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), a medida já abriu aproximadamente 150 mil vagas para negros.

A norma também garante que, das vagas reservadas a escolas públicas, metade será destinada a estudantes de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo.



Disponível

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35544>.
em 03 de agosto 2019.

em:

Acesso

Texto II



Disponível em: http://4.bp.blogspot.com/-_wqwSD83WWE/Ts-cARPeFal/AAAAAAAAAH4/j4F9-5YYy-8/s1600/cotas-pra-todo-mundo.jpg. Acesso em 03 de agosto 2019.

Texto III

Pela 1ª vez, pretos e pardos são mais da metade dos universitários da rede pública, diz IBGE

Pela primeira vez, a população que se declara de cor preta ou parda passou a representar mais da metade – o número exato é 50,3% – dos estudantes de ensino superior da rede pública, de acordo com a pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça Brasil, divulgada nesta quarta-feira (13) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Com democratização do acesso ao ensino superior e também com mais jovens se declarando de cor preta ou parda, atingiu-se pela primeira vez essa proporção, de mais da metade. A pesquisa mostra melhoras em geral na educação, mas existe ainda desigualdade grande”, afirmou Luanda Botelho, pesquisadora do IBGE.

Sancionada em 2012, a Lei Federal de Cotas definiu que metade das matrículas nas universidades e institutos federais deveriam atender a critérios de cotas raciais e sociais em quatro anos. Segundo Luanda, a política de cotas explica, contudo, apenas uma parcela da maior presença de negros.

Embora represente agora mais da metade dos estudantes do ensino superior, a população de cor preta ou parda permanece sub-representada, já que representa 55,8% da população brasileira. Para os indicadores educacionais, o instituto baseou-se em indicadores pesquisados em 2018.

Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/13/pela-1a-vez-pretos-e-pardos-sao-mais-da-metade-dos-universitarios-da-rede-publica-diz-ibge.ghtml>.

Acesso em 17 de novembro 2019.

Com base nos textos acima, disserte sobre o seguinte tema:

COTAS RACIAIS PARA VESTIBULARES E CONCURSOS PÚBLICOS: AVANÇO OU RETROCESSO?



Abordagem teórica

Bem, aqui não tem como “sair pela tangente”. Você deverá posicionar-se acerca do tema. Afinal, a reserva de vagas para os cotistas em função da cor é forma de discriminação racial?

Você pode responder que sim ou que não, contudo sua fundamentação deve ser amparada em argumentos sólidos e robustos.

Com o intuito de facilitar o seu trabalho, vou apresentar argumentos a favor e contra a política de reserva de vagas por critérios raciais.

1. Argumentos favoráveis às cotas

O princípio da igualdade, também chamado de isonomia, equiparação ou paridade, está consagrado no art. 5º da Constituição Federal de 1988, ao dispor que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Base fundamental de um regime democrático, deve servir como baliza para legisladores (igualdade na lei), aplicadores da lei (igualdade perante a lei) e até mesmo nas relações privadas.

O caput do art. 5º, ao dispor que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” consagra a **igualdade formal**. De acordo com essa perspectiva, todos devem receber o mesmo tratamento, sem privilégios ou distinções de qualquer natureza.

Com o passar do tempo, verificou-se que tratar todos da mesma maneira não contribuía de maneira efetiva para a redução das desigualdades. Passou-se a exigir do Estado uma posição mais ativa, no sentido de buscar, no mundo real, a concretização da igualdade. Essa nova visão promove a evolução do conceito objetivando o alcance da **igualdade material**, que, de forma simples, defende que situações distintas devem ser tratadas de forma particular. Em outras palavras, iguais devem ser tratados com igualdade e desiguais devem ser tratados na medida da sua desigualdade. É com base nesse conceito que se estabelecem, por exemplo, as políticas de cotas raciais e reserva de percentual em concursos públicos para portadores de deficiência.

Pois bem, nesse horizonte surgem as **ações afirmativas** (discriminações positivas), como forma de proporcionar tratamento diferenciado a determinados grupos historicamente vulneráveis, periféricos e hipossuficientes, com o objetivo de dar efetividade ao princípio da isonomia. Remete à já conhecida ideia: “igualdade aos iguais e desigualdade aos desiguais, na medida em que se desigalam”.

A materialização dessas políticas teve a sua constitucionalidade questionada em diversas oportunidades. Como não poderia deixar de ser, o STF foi instado a se manifestar, oportunidade em que considerou **constitucional a reserva de vagas em universidades públicas** destinadas a estudantes que se declaram afrodescendentes¹. Portanto, segundo o STF a reserva de vagas por critérios raciais não ofende ao princípio da isonomia; muito pelo contrário, serve para **corrigir distorções sofridas por grupo historicamente**

¹ Nessa mesma linha, também já foi reconhecido pelo STF como constitucional lei que prevê para candidatos negros a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos realizados pela administração pública federal.



desfavorecido. Não se pode olvidar que, grande parte da desigualdade verificada atualmente é decorrente do processo histórico excludente de um país que apresentou um longo período de escravidão.

Inegavelmente, os **indicadores sociais da população negra são inferiores aos da população branca**. A título de exemplo, segundo dados da PNAD²: entre os 10% da população mais pobre do país, 75% são negros e, entre o 1% mais rico, apenas 17,8% são negros; a taxa de analfabetismo é mais que o dobro entre pretos e pardos (9,9%) do que entre brancos (4,2%); o rendimento médio de todos os trabalhos realizados por brancos é R\$ 2.814,00, enquanto para negros é R\$ 1.570,00.

Estatísticas dessa natureza demonstram o **racismo estrutural** ainda presente na sociedade brasileira. Em função da menor escolaridade e das piores condições econômicas, gera-se um **ciclo vicioso de perpetuação da desigualdade**, motivo pelo qual se faz necessária a intervenção do Estado, por meio das ações afirmativas.

Assim, essa é uma ação que se reveste da maior importância, pois oferece possibilidades e oportunidades para uma parcela da sociedade que sofre com o ingresso em espaços universitários e carece de condições equiparadas ao restante da sociedade. Ressalte-se que, a política de cotas não é de caráter permanente, vigorando pelo tempo necessário para que se reduzam as discrepâncias entre as raças.

2. Argumentos contra as cotas em função de raça

A **cota racial estigmatiza os cidadãos**. Pela sua construção, pode incutir a crença de que os negros seriam incapazes de concorrer em igualdade de condições com os brancos. Além disso, a definição de quem faz jus ao tratamento diferenciado é feito com base numa **construção social**, o que é muito crítico pela subjetividade que envolve, principalmente considerando o alto grau de miscigenação da nossa população. Para se ter ideia do nível de subjetividade e das anomalias que o sistema pode causar, cita-se o caso dos irmãos gêmeos em que um foi aceito como aluno cotista e outro não.

Outrossim, a lógica do sistema de cotas é distorcida, haja vista que os **recursos deveriam ser investidos na educação pública básica**, de forma a **capacitar todos, independentemente de sua etnia**, a concorrer em igualdade de condições. Caso necessária a instituição de cotas, o critério deveria ser socioeconômico, pois o atual sistema, da maneira como foi concebido, cria certas distorções.

Observe-se, por exemplo, o caso dos brancos que não tiveram acesso a uma educação de qualidade mínima. Esses observarão os negros, em condições análogas às suas, gozarem de prerrogativas a eles não estendidas, ferindo frontalmente a tão propugnada isonomia entre os semelhantes e potencializando a geração de **tensões sociais**.

Em reforço a isso, é importante notar que o **preconceito no país está mais ligado a questões econômicas**, pois, a partir do momento que o indivíduo passa a ganhar projeção social, ele passa a ser mais respeitado, independentemente da sua cor. Isso reforça o argumento de que, para corrigir assimetrias, é necessário olhar as oportunidades oferecidas ao indivíduo e não, unicamente, a cor da sua pele.

² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Não obstante o STF tenha considerado a constitucionalidade do sistema de cotas com base em questões raciais, firmando entendimento sobre o qual não há ofensa ao princípio da isonomia, é necessário que o debate seja mantido, como forma de evitar o recrudescimento de tensões sociais no país e de discutir até que momento essa política deverá ser mantida, haja vista seu caráter temporário.

Por fim, conclui-se que as cotas raciais institucionalizam um sistema preconceituoso, estigmatizando certo grupo em função da cor da sua pele. Em reforço, mencione-se que as distorções causadas podem conduzir a uma situação de radicalização, indo de encontro ao objetivo colimado pela política: redução das desigualdades e construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Proposta de solução

A política de cotas raciais para ingressar em universidades e cargos públicos [tema] é tema bastante complexo, pois envolve uma multiplicidade de questões. Não obstante os argumentos contrários, o sistema de cotas é um avanço, visto que se trata de relevante ferramenta para a redução de desigualdades, além de corrigir distorções suportadas por grupo historicamente desfavorecido [tese].

É notório o abismo da qualidade de ensino existente entre escolas públicas e particulares, o que fornece oportunidades distintas a estudantes de classes sociais diferentes. Sem as cotas raciais, as vagas das melhores universidades públicas do país, bem como os cargos públicos, continuarão pertencendo, majoritariamente, aos brancos, população que, via de regra, goza de melhores condições financeiras e, por isso, dispõe de recursos para desfrutar de educação de qualidade.

Ao reservar determinada quantidade de vagas à população negra, o sistema de cotas democratiza o acesso à educação superior e ao serviço público. Assim, é instrumento de



elevado potencial de redução de desigualdades sociais, visto que a população até então excluída passará a ocupar cargos de melhor remuneração, rompendo o círculo vicioso da pobreza.

Outrossim, vale lembrar o período em que a população negra foi escravizada. O abandono por parte do Estado dessa considerável parcela da população fez com que a pobreza e a exclusão dos negros não fosse superada, fortalecendo concepções racistas, ainda presentes na atual sociedade. Diante desse quadro, percebe-se que, em função da menor escolaridade e das piores condições econômicas, torna-se difícil para essa parcela da população competir em igualdade com aqueles que não enfrentam essa realidade, motivo pelo qual se torna oportuna uma intervenção do Estado, tratando os desiguais na medida da sua desigualdade.

Diante do exposto, percebe-se claramente a importância dessas políticas. Não se trata de discriminação racial, mas de uma forma de reparar longo período de abandono por parte do Estado, facilitando o acesso ao ensino superior, rompendo o círculo vicioso de perpetuação da desigualdade em que se insere boa parte da população negra.

Tema 26

'EMERGÊNCIA CLIMÁTICA' É ELEITA A 'PALAVRA DO ANO' PELO DICIONÁRIO OXFORD

Uso do termo aumentou mais de 100 vezes desde 2018, de acordo com banco de dados do dicionário britânico.



A "Palavra do ano" de 2019, segundo o Dicionário Oxford, é "emergência climática". Ela foi divulgada nesta quarta-feira (20) e, segundo o próprio dicionário britânico, o uso do termo aumentou mais de 100 vezes desde setembro de 2018. Os dados foram coletados em um banco com milhões de palavras em inglês.

A definição de "emergência climática" estabelecida pelo Oxford é: "uma situação em que é necessária uma ação urgente para reduzir ou interromper a mudança climática e evitar danos ambientais potencialmente irreversíveis."

No início do mês, o dicionário Collins também anunciou sua expressão do ano: **"greve climática"**.

Como é escolhida a palavra do ano?

Todos os anos, a editora elege a palavra que, naquele período, atraiu um grande interesse.

As palavras candidatas ao prêmio são debatidas por um júri, que, segundo a instituição escolhe o termo vencedor com base no "potencial duradouro" e na "significância cultural".

"A palavra 'clima' tem sido fundamental para 2019 e aparece em várias frases importantes, mas a 'emergência climática' se destaca por vários motivos. Estatisticamente falando, isso representa uma nova tendência para o uso da palavra 'emergência'", disse a equipe do dicionário.

Palavras/expressões escolhidas nos últimos anos

- 'Tóxico' - em 2018
- 'Youthquake' - em 2017
- 'Pós-verdade' - em 2016
- 'Emoji' - em 2015

Ainda segundo o Oxford, a escolha do termo em pesquisas científicas sobre questões climáticas influenciou o aumento do uso neste ano. Um artigo recente, assinado por **11 mil cientistas e 153 países**, alertou que "os pesquisadores têm uma obrigação moral de alertar claramente a humanidade sobre qualquer ameaça catastrófica".

Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/21/emergencia-climatica-e-eleita-a-palavra-do-ano-pelo-dicionario-oxford.ghtml>. Acesso em 14 de julho de 2021.

Considerando o caráter meramente motivador do fragmento de texto acima, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema: **emergência climática: do aquecimento global ao risco de colapso ambiental**.

Abordagem teórica

1. Emergência Climática

Emergência Climática, segundo a definição do dicionário Oxford, consiste em "uma situação em que é necessária uma ação urgente para reduzir ou interromper a mudança climática e evitar danos ambientais potencialmente irreversíveis."



Bem, a definição acima, bem como a sua intenção, é bastante clara. O uso da palavra "**emergência**" visa a dar um tom de gravidade, visto que as mudanças já são realidade e, por isso, requerem medidas drásticas desde já. Essa é a opinião de um grupo de 11.250 cientistas de 153 países. Num artigo publicado em 5 de novembro de 2019, na revista científica Bioscience, os cientistas afirmaram que o planeta enfrenta uma "emergência climática clara e inequívoca" e clamaram por ações urgentes para freá-la.

Em 2018, um relatório do IPCC³ (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) da Organização das Nações Unidas afirmou que **a temperatura média mundial pode aumentar 0,5 °C em uma década se as emissões de CO₂ não sofrerem cortes imediatos**⁴. Atualmente, o IPCC afirma que o aquecimento global é "inequívoco", que a influência humana sobre o sistema climático é "clara" e que as emissões recentes de gases-estufa são as mais altas da história. No entanto, a natureza complexa do clima, assim como os diversos fatores que o influenciam, tornam incertos os impactos das mudanças, ainda que a ciência busque alcançá-los com equações e pesquisa⁵.

Introdutoriamente, é importante saber **diferenciar "mudança climática" e "aquecimento global"**. A primeira é mais abrangente, pois engloba temperatura, intensidade das chuvas e eventos climáticos extremos, como furacões e ondas de calor. Os efeitos da mudança no clima não se restringem, pois, ao aquecimento global, aumento da temperatura no planeta.

As mudanças climáticas são **alterações provocadas nos padrões climáticos** a longo prazo com base nas alternâncias meteorológicas, ou seja, nas condições do tempo observadas por um período. Elas podem ser causadas por processos naturais (variação da incidência solar, modificação da órbita da terra, atividade vulcânica, EL Niño e La Niña) ou pela ação do homem (desmatamento, emissão de gases poluentes, degradação do solo).

É fato científico que o meio ambiente tem se modificado bastante nos últimos anos, de uma forma particularmente rápida, como nunca se viu na história da humanidade. Um dos principais responsáveis por essa mudança é o **aumento dos gases de efeito estufa (GEEs)**⁶, cujo principal representante é o dióxido de carbono (CO₂). Esse gás está presente de forma natural na atmosfera, mas também é um subproduto da queima de combustíveis fósseis (como petróleo, gás e carvão), da queima de biomassa, das mudanças no uso da terra e de processos industriais (por exemplo, produção de cimento).

³ Criado em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o objetivo do IPCC é fornecer aos governos de todos os níveis informações científicas que eles possam usar para desenvolver políticas climáticas. É um órgão composto por delegações de 130 governos para prover avaliações regulares sobre a mudança climática.

⁴ Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/11/15/O-que-muda-quando-cientistas-declaram-emerg%C3%Aancia-clim%C3%A1tica>. Acesso em 01/01/2020.

⁵ Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2019/06/16/Mudan%C3%A7a-clim%C3%A1tica-do-aquecimento-da-Terra-ao-colapso-ecol%C3%B3gico#section-196>. Acesso em 01/01/2020.

⁶ CO₂, o CH₄ (metano), o N₂O (óxido nitroso), o SF₆ (hexafluoreto de enxofre), os HFCs (hidrofluorcarbonos) e os PFCs (perfluorcarbonos).

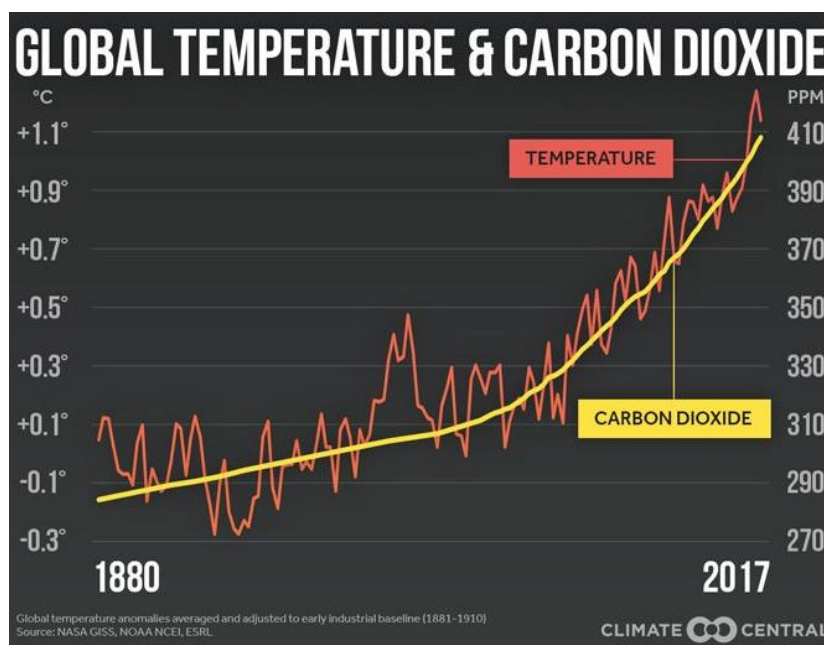


Esses gases causadores do efeito passaram a ser liberados de forma acelerada a partir da Revolução Industrial. Atualmente, de toda a energia consumida no mundo, cerca de **85% advêm da queima de combustíveis fósseis** (34%, da queima de petróleo bruto, 27%, do carvão e 24%, do gás natural). Outra importante fonte de emissões advém de mudanças do uso do solo, fruto da expansão não sustentável da fronteira agropecuária, da grilagem de terra, do desmatamento e da limpeza primitiva do terreno (queimadas), muitas vezes ilegais⁷.

Apesar da pandemia, o nível de CO₂ bateu novo recorde de concentração na atmosfera⁸. Em maio de 2021, a barreira de **419 partes por milhão (ppm)**, unidade usada para medir a poluição do ar, foi superada, segundo a Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOOA).

A organização Climate Central reuniu dados da Nasa, os quais basearam estudos que demonstram que o aumento da temperatura no planeta, desde o período industrial, segue a trajetória do aumento da concentração de gases causadores de efeito estufa, evento cujos maiores responsáveis são a espécie humana⁹. As medições são feitas por cerca de 6.300 estações meteorológicas espalhadas pelo mundo.

Acompanhe o que acabei de mencionar pelo seguinte gráfico¹⁰:



⁷ Disponível em <https://pp.nexojornal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2020/O-clima-est%C3%A1-mudando-mais-rapidamente-do-que-conseguimos-imaginar>. Acesso em 14/07/2021.

⁸ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2021/06/4929613-concentracao-de-co2-no-ar-atinge-recorde-apesar-da-pandemia.html#:~:text=Em%20maio%20de%202021%2C%20a,no%20topo%20de%20um%20vulc%C3%A3o>. Acesso em 14/07/2021.

⁹ Noventa e sete por cento dos cientistas climáticos concordam que as tendências do aquecimento climático ao longo do século passado são extremamente prováveis devido às atividades humanas, e a maioria das principais organizações científicas do mundo emitiu declarações públicas endossando essa posição. Disponível em: <https://climate.nasa.gov/scientific-consensus/>. Acesso em 01/01/2020.

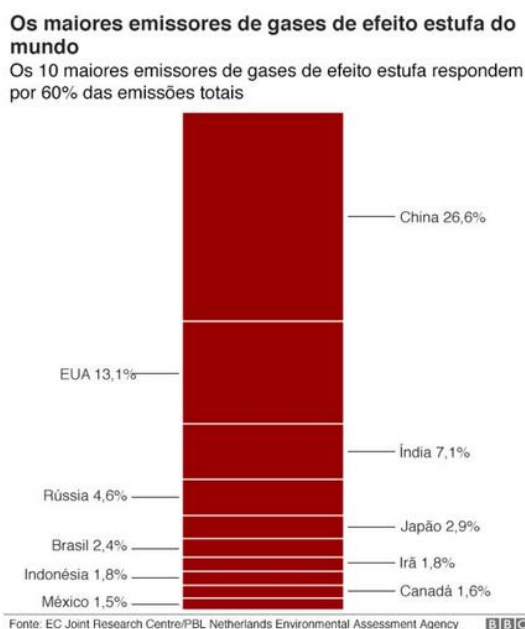
¹⁰ Disponível em: <https://twitter.com/ClimateCentral/status/1065397456668631041>. Acesso em 01/01/2020.

De fato, há inúmeras evidências de que o planeta está esquentando. Segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM), o ano de 2020 foi um dos três mais quentes já registrados e quase bateu o recorde de 2016, os 12 meses mais calorosos até agora. A OMM diz que entre 2011 e 2020 aconteceu a década mais quente já registrada, numa tendência persistente de mudança climática de longo prazo. No ano passado, a temperatura média global foi de 14,9° C, ou seja cerca de 1,2° C acima do nível pré-industrial¹¹

Além disso, ao redor do planeta, o nível médio do mar cresceu 3,6 mm por ano entre 2005 e 2015, evento, em parte, devido à redução da massa de gelo nos polos. Desde 1979, imagens de satélite mostram um declínio dramático na extensão de gelo no Ártico, a uma velocidade de 4% por década¹².

Destaque-se que existem eventos naturais (exemplo: variação da temperatura solar e da órbita terrestre) também responsáveis pelo aumento da temperatura na Terra. Contudo, a curva que denota a variação desses fenômenos naturais não demonstra correlação com o aquecimento global, o que contribui para que se conclua pela grande responsabilidade da atividade humana nas alterações causadas ao meio ambiente.

Por fim, é importante saber quem são os grandes vilões nesta história. Os países que emitem mais gases de efeito estufa são, de longe, a China e os EUA. Juntos, eles são responsáveis por mais de 40% do total global de emissões, de acordo com dados de 2017 do Centro Comum de Pesquisa da Comissão Europeia e da Agência Holandesa de Avaliação Ambiental (PBL)¹³. O Brasil ocupa a sexta posição. Acompanhe o seguinte gráfico.



¹¹ Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/01/1738732>. Acesso em 13/07/2021.

¹² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50019998>. Acesso em 13/07/2021.

¹³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-46424720>. Acesso em 01/01/2020.



De acordo com o que foi visto, podemos afirmar que, de acordo com a grande maioria da comunidade científica, as **mudanças no clima** estão fortemente relacionadas ao aumento dos gases causadores do efeito estufa e, por conseguinte, ao aquecimento global.

Tratemos sobre algumas consequências desse fato e de seus desdobramentos.

1. Aquecimento dos oceanos e derretimento de blocos de gelo das calotas polares: os oceanos têm absorvido grande parte do aumento da temperatura no planeta. Em estudo publicado na revista científica "Advances in Atmospheric Sciences", pesquisadores chineses e americanos constataram que a temperatura dos oceanos em 2018 foi a mais quente já registrada nos últimos 60 anos. A conclusão está de acordo com a tendência de aquecimento dos oceanos registrada nos últimos cinco anos — que já eram os cinco mais quentes desde a década de 1950, dizem os cientistas. O aumento na temperatura oceânica acontece desde então e se acelerou a partir da década de 1990¹⁴.

Nessa mesma toada, o Relatório Especial sobre Mudanças Climáticas, Oceanos e Criosfera, em setembro de 2019, elaborado pelo IPCC, aponta que os **oceanos estão mais quentes, mais ácidos e menos produtivos e o nível do mar está aumentando 3,6 milímetros por ano** — o dobro do que no último século. Esses níveis podem aumentar acima de um metro até 2100 se as emissões de gás carbônico continuarem a subir intensamente¹⁵. O estudo também conclui que, nas últimas décadas, o aquecimento global provocou a **perda de massa de geleiras, reduções na cobertura de neve e de gelo no Ártico e aumento da temperatura no permafrost**, nome que se dá ao "solo congelado" que cobre um quarto da superfície do hemisfério Norte, sobretudo Rússia, Canadá e Alasca, nos EUA¹⁶.

As camadas de gelo da Groenlândia e da Antártica diminuíram em massa. Dados do Experimento de Recuperação da Gravidade e Clima da NASA mostram que a Groenlândia perdeu uma média de 286 bilhões de toneladas de gelo por ano entre 1993 e 2016, enquanto a Antártica perdeu cerca de 127 bilhões de toneladas de gelo por ano durante o mesmo período. A taxa de perda de massa de gelo na Antártica triplicou na última década¹⁷.

Entre outras consequências listadas pelos cientistas como decorrentes do aquecimento dos oceanos, estão a **diminuição no nível de oxigênio presente neles e a alta acidez** (fruto da maior absorção do CO₂), que desequilibram o ambiente e representam um risco para os ecossistemas marinhos e as populações de peixes. Outra consequência é o **branqueamento e a morte de corais**, ecossistemas marinhos que abrigam grande biodiversidade¹⁸.

¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/01/16/aquecimento-dos-oceanos-bateu-recorde-em-2018-dizem-cientistas.ghtml>. Acesso em 15/09/2019.

¹⁵ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relatorio-da-onu-aponta-que-nivel-do-mar-pode-subir-mais-de-um-metro-ate-2100/>. Acesso em 01/01/2020.

¹⁶ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/09/28/Quais-os-riscos-da-mudan%C3%A7a-clim%C3%A1tica-para-os-oceanos>. Acesso em 01/01/2020.

¹⁷ Disponível em: <https://climate.nasa.gov/evidence/>. Acesso em 01/01/2020.

¹⁸ De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, uma em cada quatro espécies marinhas vive nos corais, incluindo 65% das espécies de peixe.



Um estudo publicado em maio de 2019 pela IPBES (Plataforma Intergovernamental para Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos), ligada à ONU, mostra que atualmente mais de 1 milhão de espécies de **animais e plantas estão ameaçadas de extinção**, tanto por causa da mudança climática como pela poluição nos ecossistemas e por mudanças nas formas de exploração humana do mar e da terra¹⁹.

2. Segurança alimentar: segundo o IPCC, as mudanças climáticas extremas - aumento na temperatura, chuvas intensas - contribuem para a desertificação de áreas, o que diminui a área agricultável, bem como para a perda de lavoura e para a degradação do solo. Isso apresenta consequências claras sobre a segurança alimentar, pois compromete severamente a oferta de alimentos num mundo que, segundo a FAO, abriga mais de 800 milhões de pessoas passando fome. Acrescente-se que a população mundial ainda se encontra em expansão.

3. Saúde: a deterioração do meio ambiente pode representar graves ameaças à saúde humana. Além da ameaça representada pelos eventos climáticos extremos (furacões, ondas de calor e de frio) e da questão referente à segurança alimentar, há também a deterioração na qualidade do ar, que, segundo a OMS, já resulta na morte prematura de 7 milhões de pessoas todos os anos. Ao considerar também que o desequilíbrio climático pode aumentar a probabilidade de incêndios florestais, liberando mais CO₂ na atmosfera, vê-se a formação de um ciclo, com danosos efeitos ao meio ambiente.

Além disso, com o derretimento dos gelos glaciais, há a possibilidade de novos agentes patogênicos serem liberados. Em recente matéria divulgada no portal G1, informou-se que cientistas descobriram 28 grupos de vírus desconhecidos, que estavam congelados há 15 mil anos em geleiras no Tibete. Assim, esse é mais um potencial risco à saúde decorrente do aquecimento do planeta.

4. Cidades: as mudanças climáticas, como as altas temperaturas, o aumento do nível do mar, o aumento de chuvas intensas, as ilhas de calor e a poluição do ar são impactos que afetam, especialmente, as cidades. Esse ambiente contribui para os riscos de estresse por calor, inundações e deslizamentos de terra, entre outras catástrofes capazes de afetar a vida e piorar a qualidade de vida nas cidades. As maiores prejudicadas serão as nações mais pobres, haja vista o incipiente planejamento urbano, o uso desorganizado do solo, a precariedade da infraestrutura e a dificuldade no gerenciamento de crises.

Com o aumento do nível do mar, é particularmente preocupante a situação das cidades costeiras, as quais abrigam cerca de 10% de toda a população mundial.

5. Eventos climáticos extremos:

Ao emitir, aproximadamente, 52 bilhões de toneladas de gases de efeito estufa por ano, a temperatura média do planeta aumentou cerca de 1°C comparada aos níveis pré-industriais²⁰, o que tem ameaçado a

¹⁹ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2019/Os-eventos-clim%C3%A1ticos-extremos-s%C3%A3o-o-novo-normal-no-Brasil>. Acesso em 01/01/2020.

²⁰ Disponível em <https://pp.nexojornal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2020/O-clima-est%C3%A1-mudando-mais-rapidamente-do-que-conseguimos-imaginar>. Acesso em 14/07/2021.



vida humana, flora e fauna com o aumento da frequência e intensidade de eventos extremos, como tempestades tropicais, inundações, ondas de calor, nevascas, furacões, tornados e tsunamis.

As **populações que vivem nas regiões costeiras ficam mais expostas** não só pelo aumento do nível do mar, mas, também, por diversos riscos relacionados ao clima, como ciclones, inundações, entre outros. Verões quentes já têm prejudicado lavouras, tanto pelas altas temperaturas quanto pela falta de chuva. Invernos mais brandos também têm causado danos, permitindo surtos de pragas, como a de gafanhotos na África, Ásia e América do Sul este ano, que prejudicam a produção de alimentos e ligam o alerta para a segurança alimentar.

Entre esses eventos extremos, mencionam-se as **secas mais intensas**, as quais podem provocar incêndios em florestas, realimentando o processo de poluição, ameaçando espécies e comprometendo a segurança alimentar. Mudanças no clima podem ainda aumentar a frequência de fenômenos como o El Niño, que influencia temperaturas, chuvas e secas no mundo.

Aprofundamento: Mercado de carbono

Pessoal, embora não tenha sido mencionado pelo comando da questão, vou passar algumas noções sobre isso, visto ter sido um dos assuntos mais controversos que foram discutidos na COP 25, a conferência sobre mudanças climáticas que ocorreu em Madri em dezembro de 2019.

A ideia por trás desse sistema é que as empresas e os governos mais poluentes podem adquirir o direito de poluir mais do que os que não atingiram seus limites de emissões. As emissões de carbono são precificadas, cada unidade de crédito de carbono corresponde a determinado volume de CO₂, gerando um mercado formado por compradores e vendedores.

Esse conceito não é novo. Foi o Protocolo de Kyoto de 1997 que transformou as emissões poluentes em uma mercadoria. Lá, definiu-se que os países desenvolvidos teriam metas para a redução, as quais seriam repassadas às empresas.

As empresas, para atingirem as metas, podem comprar créditos de carbono ou reduzir as suas emissões. Assim, se uma empresa sabe que não conseguirá alcançar a meta determinada, ela poderá comprar créditos de carbono de uma empresa que conseguiu reduzir as suas emissões e se encontra abaixo da meta estabelecida.

Os créditos de carbono podem ser gerados de diversas formas, desde a substituição de uma fonte de energia suja por uma limpa, até o reflorestamento de uma área. O sistema mais conhecido de emissão de crédito de carbono é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, o qual permite que um país desenvolvido implemente um projeto de redução de emissões nos países em desenvolvimento. Estima-se que 1,95 bilhão de créditos de carbono já haviam sido emitidos até fevereiro de 2019.

Na COP 25, apesar de todos os compromissos dos negociadores, os países não chegaram a um acordo sobre o artigo seis do Acordo de Paris, referindo-se à regulamentação dos sistemas de mercado de carbono.



2. Papel da sociedade - ativismo ambiental

- **Mudança da matriz energética global:** 70% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) vêm da queima de combustíveis fósseis. Para reverter esse quadro, é fundamental a adoção de políticas públicas que privilegiem a adoção de tecnologias limpas e penalizem as consideradas mais poluentes. Para transportes, é preciso investir em veículos de massa, como trens e metrô, e incentivar veículos movidos a combustíveis menos poluentes ou veículos movidos a eletricidade.
- **Cidadão:** por sua vez, a população também deve se engajar na luta por um ambiente mais saudável, atuar de forma ecologicamente responsável, o que passa pela adoção de hábitos de consumo mais racionais, do uso parcimonioso dos recursos naturais e pela preocupação com a reutilização e reciclagem do material como forma de reduzir a pegada ecológica.
- **Redução do desmatamento:** 24% das emissões de GEE vêm da agricultura e desmatamento. Por isso, é necessário conservar florestas existentes, recuperar terras degradadas e manter boas práticas na agricultura.
- **Legislação:** é necessário que a legislação seja rigorosa na defesa do meio ambiente, estabelecendo áreas de preservação ambiental e punições severas a quem descumprir a legislação. Uma postura leniente com as agressões ao meio ambiente sinaliza existir um salvo-conduto para as agressões ao clima.
- **Educação:** é fundamental educar a população acerca dos efeitos devastadores da degradação ambiental e das maneiras com as quais se pode conservar o meio ambiente.
- **Empresas:** de certa forma já foi falado, mas repisemos. É necessário que o governo estabeleça legislações e fiscalize a sua aplicação no que tange à quantidade de emissão permitida, melhoria da eficiência energética, reciclagem de resíduos, aplicação de tecnologias mais limpas e utilização de materiais ecológicos.

Vou levar a nossa discussão para uma questão relevante, a do **ativismo ambiental**. Esse tem sido um dos grandes temas do momento, principalmente pelo crescimento de alguns movimentos capitaneados por jovens, como o **Fridays for Futures**, o qual consiste na realização de greves escolares às sextas-feiras para cobrar ações concretas diante da crise do clima. No âmbito desse movimento, destacou-se a atuação de **Greta Thunberg**, eleita personalidade do ano em 2019 pela revista Time. Tratemos, pois, sobre o assunto.

Mesmo que você pudesse revolucionar sua vida a ponto de ter zero impacto no planeta, não faria grande diferença se boa parte da coletividade não estivesse convencida a fazer o mesmo. É por isso que muitas pessoas, sensíveis a determinada causa, tornam-se **ativistas**.

O ativismo é particularmente importante na defesa de pautas subatendidas pelos partidos políticos e, por isso, não recebem a devida atenção. Visam a dar maior visibilidade a esses temas e despertar a sociedade para a importância de certas pautas.

No âmbito ambiental, o ativismo levou a uma maior conscientização acerca dos efeitos que as atividades humanas têm sobre o meio ambiente. Para isso, os ativistas usam uma variedade de estratégias, incluindo



petições e cartas a formuladores de políticas públicas e empresas, abaixo assinados, entre outros. Numa versão mais radical, realizam protestos e boicotes a produtos associados a abuso ambiental.

O ativismo é, pois, um dos grandes protagonistas na defesa do meio ambiente. Além de politizar certos temas e sensibilizar a sociedade para a sua importância, proporcionam o aumento da *accountability* (responsabilização, prestação de contas) por parte dos políticos. Cobram medidas das autoridades, fiscalizam a atividade do parlamento, disseminando informação acerca da produção legislativa, no caso, as que impactem o meio ambiente. É a sociedade civil em ação, expressão do direito à livre manifestação do pensamento e liberdade associativa. É decorrência natural e esperada de uma democracia.

Nos dias de hoje, existem diversos tipos de organizações famosas de ativismo ambiental. Variam de pequenos grupos a instituições globais como o Greenpeace, WWF (World Wide Fund for Nature) e os *Friends of the Earth*.

As mídias sociais aproximaram grupos ambientais de seus apoiadores e do público. Usando o Facebook, Twitter e YouTube, esses grupos podem enviar mensagens para aumentar os esforços de captação de recursos, de associação e participação em atividades tradicionais de ativismo.

Por fim, é necessário fazermos um destaque sobre a gravidade do tema. O Brasil é o país onde mais morrem ativistas – só em 2017, foram 57 mortos, 80% deles defensores da natureza. Quem não se lembra do caso da missionária Dorothy Stang, engajada em assuntos ligados ao meio ambiente e à reforma agrária, a qual foi assassinada com seis tiros em fevereiro de 2005.

Proposta de solução

Apesar de o planeta já ter passado por modificações climáticas extremas ao longo de sua existência, é consenso, para a grande parte da comunidade científica, o fato de que, atualmente, elas ocorrem num ritmo mais acelerado. A premência da situação foi capturada pelo termo emergência climática, contexto em que se torna central a discussão sobre o aquecimento global e sobre o risco de colapso ambiental. [tese]

Em primeiro plano, destaque-se a relevância da questão do aquecimento global causado, principalmente, pela emissão de gases que provocam o chamado efeito estufa, decorrentes da ação antrópica. Com efeito, a elevada concentração desses gases na atmosfera, com destaque para o dióxido de carbono (CO₂), é, segundo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a responsável pelo aumento significativo da



temperatura global observado nos últimos 30 anos. Outrossim, ainda segundo o IPCC, esse aquecimento tem sido provocado, principalmente, pela ação humana, originada, por exemplo, da queima de combustíveis fósseis, da queima de biomassa, das mudanças no uso da terra e dos processos industriais.

Ademais, esse aumento da temperatura é agente desencadeador de uma gama de modificações do clima. Dentre elas, destacam-se o aquecimento dos oceanos, que tem como efeitos o derretimento de blocos de gelo das calotas polares e o consequente aumento do nível do mar, bem como a potencialização de eventos climáticos extremos, como furacões e secas mais severas. Há, também, reflexos sobre a segurança alimentar que decorrem da diminuição das áreas agricultáveis, causada pelos eventos climáticos severos, e sobre a saúde, notadamente, pela piora da qualidade do ar. Todos esses eventos, mais do que piorar substancialmente a qualidade de vida, podem comprometer a vida humana no planeta, submetida a condições extremas de sobrevivência e suscetível a catástrofes ambientais.

Portanto, em face da gravidade da situação, é fundamental a adoção de providências para modificar essa trajetória. Destaca-se, nesse sentido, o relevante papel catalisador do ativismo ambiental na luta da preservação ecológica, no qual têm se destacado movimentos compostos por jovens, como o "Fridays for Future", liderado pela ativista Greta Thunberg, eleita personalidade do ano de 2019 pela revista "Time".

Tema 27

Poluição do ar é tema do Dia Mundial do Meio Ambiente, que terá China como país-sede



Nesta sexta-feira (15), o vice-ministro de Ecologia e Meio Ambiente da China, Zhao Yingmin, e Joyce Msuya, diretora-executiva interina da ONU Meio Ambiente, anunciaram que o país sediará as comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho de 2019, com o tema “poluição do ar”.

Aproximadamente 7 milhões de pessoas morrem prematuramente a cada ano devido à poluição do ar, sendo 4 milhões das mortes somente na região da Ásia e do Pacífico. O Dia Mundial do Meio Ambiente deste ano incitará governos, indústria, comunidades e indivíduos a se unirem para explorar a energia renovável e as tecnologias verdes, bem como melhorar a qualidade do ar em cidades e regiões de todo o mundo.

“A China será uma grande anfitriã global das comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente em 2019. O país demonstrou liderança no combate à poluição do ar internamente e, agora, pode ajudar a estimular outras partes do mundo a agirem. A poluição do ar é um desafio global e urgente que afeta a todos. A China irá, agora, liderar o impulso e estimular a ação global para salvar milhões de vidas”, declarou Joyce Msuya.

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/poluicao-do-ar-e-tema-do-dia-mundial-do-meio-ambiente-que-tera-china-como-pais-sede>. Acesso em: 11 set. 2019.

ONU lança desafio para a Semana do Meio Ambiente

Na próxima quarta-feira (5/4) será comemorado o Dia Internacional do Meio ambiente, mas a ONU e diversas outras entidades ao redor do mundo promovem ações de conscientização durante toda a semana, conhecida como Semana do Meio Ambiente. Enquanto no ano passado o tema central foi a poluição com plásticos, em 2019 o foco é o combate à poluição do ar.

[...]

E quem pensa que a poluição do ar é gerada apenas pelas indústrias e pelos poluentes dos veículos está muito enganado. Em seu *site* interativo, elaborado especialmente para a data, a ONU enfatiza a importância de se entender os diferentes tipos de poluição atmosférica para, então, combatê-la. As cinco eleitas como principais são as poluições por meio da agricultura, da indústria, do transporte, do lixo e a doméstica.

Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/onu-lanca-desafio-para-a-semana-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 11 set. 2019.

A partir da leitura dos textos motivadores, redija um texto dissertativo sobre o tema: **POLUIÇÃO DO AR: DESAFIO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Abordagem teórica

1. Poluição



Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a poluição atmosférica pode ser definida como “qualquer forma de matéria ou energia com intensidade, concentração, tempo ou características que possam tornar o ar impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde, inconveniente ao bem-estar público, danoso aos materiais, à fauna e à flora ou prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade e à qualidade de vida da comunidade”³⁹.

A título de **contextualização histórica**, como se sabe, a revolução industrial, iniciada no século XVIII, na Inglaterra, modificou o processo produtivo, substituindo os produtos artesanais pelos manufaturados e as máquinas movidas por energia a vapor, oriundas da queima de combustíveis fósseis, principalmente, carvão. Com o passar do tempo, o carvão veio a ser substituído pelo petróleo, que passou a ser o principal recurso energético para a realização de trabalho motriz. Assim, no início, essa poluição concentrou-se na Europa, berço da referida Revolução. Com o passar do tempo e o aumento das preocupações com o meio ambiente por parte das nações mais desenvolvidas, indústrias de base, cujo perfil é mais poluente, foram migrando para os países mais pobres, sendo estes, atualmente, os maiores afetados pela degradação do meio ambiente.

A **poluição do ar** é consequência da liberação de gases poluentes na atmosfera, seja por **ação natural**, como, por exemplo, cinzas e gases de emissões vulcânicas ou **ação antrópica**, como a queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão mineral) ou recicláveis (lenha, álcool, etc.), utilizados na indústria, nos transportes, na geração de energia. Também não podem ser desconsideradas as emissões oriundas da queima de biomassa, oriunda de incêndios florestais, desmatamento, fogos de pastagem e queima de resíduos agrícolas.

A qualidade do ar resulta da interação de diversos fatores dentre os quais citam-se a magnitude das emissões, a topografia e as condições meteorológicas da região, favoráveis ou não à dispersão dos poluentes. Desses, o fator controlável diretamente pela humanidade é a liberação de gases poluentes.

Trata-se de um assunto da maior gravidade, haja vista os inúmeros **impactos gerados à saúde dos indivíduos**, ao **próprio meio ambiente** e ao futuro das próximas gerações.

O ar poluído é responsável por inúmeras **doenças**. Nesse sentido há vários estudos epidemiológicos que já demonstraram, correlações entre a exposição aos poluentes atmosféricos e os efeitos de morbidade e mortalidade, causadas por problemas respiratórios e cardiovasculares, mesmo quando as concentrações dos poluentes na atmosfera não ultrapassam os padrões de qualidade do ar vigentes. As populações mais vulneráveis são as crianças, os idosos e as pessoas que já apresentam doenças respiratórias.

Segundo o relatório “Air Pollution and Child health”, globalmente, 93% de todas as crianças vivem em ambientes com níveis de poluição do ar acima das diretrizes da OMS. Mais de uma em cada quatro mortes de crianças menores de 5 anos está direta ou indiretamente relacionada a riscos ambientais.

Assim, apesar de os efeitos da má qualidade do ar não serem tão visíveis quando comparados a outros fatores mais facilmente identificados, segundo dados da **Organização Mundial de Saúde**, **a poluição do ar resulta na morte prematura de 7 milhões de pessoas todos os anos** por enfermidades como câncer,

³⁹ Disponível em: <https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/qualidade-do-ar>



acidente vascular cerebral e doenças cardiovasculares e pulmonares. Além disso, **nove em cada dez pessoas respiram ar contendo altos níveis de poluentes**⁴⁰. Por motivos como esses, em 2019, a poluição do ar é considerada pela OMS como **o maior risco ambiental para a saúde**.

Além disso, há também **impactos econômicos**, fruto da perda de produtividade (absenteísmo) e da necessidade de tratamentos, exames e medicamentos para os doentes. Segundo a ONU, a poluição do ar custa à economia global 5 trilhões de dólares por ano⁴¹.

Há também o **impacto social** dessa questão: cerca de **90% dessas mortes ocorrem em países de baixa e média renda**. Conforme mencionei, historicamente, houve uma migração das empresas poluentes dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos. A existência de leis rigorosas nos países desenvolvidos e a pressão exercida por uma sociedade mais consciente fez com que as indústrias de matriz poluidora buscassem países menos desenvolvidos para se instalarem. Outrossim, os equipamentos de tecnologia mais limpa são, em regra, mais caros (exemplo: carros elétricos), o que dificulta a sua aquisição em locais cujo nível de renda é mais baixo.

No Brasil, as mortes em decorrência da poluição atmosférica **aumentaram 14% em dez anos**. Nesse período, o número de óbitos por Doenças Crônicas não Transmissíveis passou de 38.782 em 2006 para 44.228 mortes em 2016. A constatação é do estudo Saúde Brasil 2018, do Ministério da Saúde, que utilizou dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)⁴².

Além dos danos à saúde, são várias as **consequências nocivas ao meio ambiente**. Nesse sentido, citam-se a inversão térmica, chuva ácida, ilha de calor, destruição da camada de ozônio e o efeito estufa. Explicarei, sucintamente, os dois efeitos mais famosos:

- **Destruição da camada de ozônio**: a camada de ozônio (O₃) é responsável por filtrar cerca de 95% dos raios ultravioleta (UVB) emitidos pelo Sol que atingem a Terra. Atribui-se principalmente aos cloro-flúor-carbonetos (CFCs) – entre outros gases – o fato de a camada de ozônio encontrar-se mais rarefeita, permitindo a maior passagem dos raios UVB.

- **Efeito estufa**: trata-se de um fenômeno natural, de extrema importância para a existência de vida na Terra. É responsável por **manter as temperaturas mais amenas**, propiciando condições de vida adequadas no planeta. Isso só é possível devido à presença de alguns gases na atmosfera, tais como o dióxido de carbono, óxido nitroso, metano e os cloro-flúor-carbonetos (CFCs).

Contudo, com o aumento da poluição atmosférica, os gases de efeito estufa (GEEs) provocariam retenção de radiação solar acima do normal, gerando maior aquecimento no planeta. Esse superaquecimento tem

⁴⁰ Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5848:dez-ameacas-a-saude-que-a-oms-combatera-em-2019&Itemid=875. Acesso em 15/09/2019.

⁴¹ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/poluiacao-do-ar-e-tema-do-dia-mundial-do-meio-ambiente-que-tera-china-como-pais-sede/>. Acesso em 15/09/2019.

⁴² Disponível em: <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45500-mortes-devido-a-poluicao-aumentam-14-em-dez-anos-no-brasil>. Acesso em 15/09/2019.



uma série de consequências, a exemplo do derretimento acentuado das calotas polares e a consequente elevação do nível do mar.

Boa parte da comunidade científica associa a **intensificação do efeito estufa**, em **razão da poluição** gerada pelo homem, com o aumento da temperatura no planeta Terra (aquecimento global). Essa posição é sustentada pelo **Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)**⁴³ e **é a que predomina no meio científico e, por isso, deve ser a abordagem preferencial para fins de prova**. Um dos maiores defensores dessa abordagem é o ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, que organizou um famoso documentário chamado “Uma Verdade Inconveniente”.

Nesse ponto, é necessário que façamos uma pausa. Há também parcela, bastante minoritária, da comunidade científica que refuta a tese acima apresentada. Há os que acreditam que o Aquecimento Global existe, mas é um evento natural. Isso porque, segundo eles, os principais fatores que influenciam o clima da Terra seriam o Sol e os oceanos (que cobrem, aproximadamente, $\frac{3}{4}$ da superfície terrestre), e não os gases atmosféricos. Assim, o aumento ou a redução das temperaturas teria muito mais a ver com os ciclos solares e com o regime dos oceanos do que com a atividade do homem. Também, segundo eles, se o CO₂ representasse uma ameaça, a temperatura do planeta Marte deveria ser superior à da Terra, visto que sua atmosfera é composta em mais de 95% por esse gás. No entanto, as temperaturas no planeta vermelho são, em média, de -50°C. Entre os principais defensores dessa linha, cita-se o nome de Timothy Ball, PhD pela Universidade de Londres.

*Além dessa, há também uma terceira abordagem, que afirma que **o Aquecimento Global simplesmente não existe**. São defensores dessa teoria Timothy Oke, climatólogo canadense, e Ricardo Augusto Felício, climatólogo e professor da USP.*⁴⁴

*Importante ressaltar que, não obstante a divergência, **isso em nada modifica a necessidade de que se reitere a importância da preservação do meio ambiente**. Por isso, independentemente do entendimento, deve ser uníssono o discurso pela preservação dos ecossistemas, pela conservação das florestas, dos solos, dos rios e da fauna. Mesmo se admitindo que o clima não é afetado pela poluição do ar, há outros efeitos adversos, principalmente os causados à saúde. **Para fins de prova, você deve evitar polêmicas**. Dificilmente, a banca irá perguntar detalhes sobre o assunto. Caso perguntado, deve-se ir na linha que a poluição gera efeitos nocivos ao planeta (o que é um fato: ar poluído mata) e que, por isso, o desenvolvimento deve ser sustentável, devendo-se, em qualquer caso, prevalecer o ideal de bem-estar coletivo, a despeito de interesses financeiros particulares*⁴⁵.

2. Papel do Estado

Há vasta quantidade de argumentos que podem ser utilizados. Menciono alguns:

⁴³ O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) é o órgão das Nações Unidas para avaliar a ciência relacionada às mudanças climáticas. Criado em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o objetivo do IPCC é fornecer aos governos de todos os níveis as informações científicas que eles podem usar para desenvolver políticas climáticas. Os relatórios do IPCC também são uma contribuição importante nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas.

⁴⁴ Como aprofundamento sobre essa abordagem, segue vídeo no qual se explica, em detalhes, a linha de pensamento mencionada: <https://www.youtube.com/watch?v=NYLDDnrNlo4>. Professor da USP Revela A Farsa do Aquecimento Global!

⁴⁵ Nesse sentido, é elucidador o padrão de correção da banca disponível em: http://www.cespe.unb.br/concursos/EMAP_18/arquivos/EMAP_18_PADR_O_DEFINITIVO_DE_RESPOSTA.PDF



1. Proporcionar **condições adequadas de deslocamento** que possibilitem à sociedade o uso de **meios de transporte não emissores de poluentes**. Exemplo: construção de ciclovias, transportes públicos de qualidade e seguros, política de tarifa única no transporte público, expansão de vias urbanas rápidas etc.

Nesse mesmo caminho, pode-se implementar programas para a redução da circulação de veículos automotores, como o sistema de rodízio implementado na cidade de São Paulo.

2. Incentivar e criar condições adequadas para o desenvolvimento de **modais de transporte** para deslocamento das pessoas e escoamento das cargas que sejam menos nocivos ao meio ambiente. Sob o ponto de vista da poluição do ar, o transporte por meio fluvial e ferroviário são muito menos nocivos, motivo pelo qual deverão ser incentivados em detrimento do ferroviário.

3. **Programas educacionais** em escolas, em todo o país, ensinando sobre a importância da preservação do meio ambiente e do consumo consciente. Inserção nas grades curriculares de disciplinas que abordem a temática, transmitindo a mensagem sobre a possibilidade de esgotamento dos recursos do planeta e o comprometimento de cada indivíduo para evitar a situação.

Também, promover campanhas educativas que visem à sensibilização da sociedade para a importância de um comportamento focado na redução da pegada ecológica⁴⁶ de cada ser humano.

4. Definir, por meio da **regulação**, com base na preservação do meio ambiente, atividades proibidas pela sua nocividade. Prever níveis máximos de emissão de poluentes. Incentivar, por meio dessa vertente, as atividades de pequeno impacto ambiental: isso pode ser feito por meio de redução ou isenção de tributos. Também, é fundamental fiscalizar, de maneira eficiente, a regulação aplicável.

5. Incentivar o uso de **tecnologias limpas**, ou seja, aquelas que provocam o mínimo impacto ambiental, seja na sua produção, seja na sua operação. Nesse sentido, é fundamental substituir os **combustíveis fósseis** por fontes **energéticas não emissoras de GEE**.

São exemplos de tecnologia, no campo de geração de energia elétrica, as energias eólica, solar, biomassa etc.

Como exemplo prático disso, você pode mencionar que o Governo do Brasil vem estimulando a utilização das fontes alternativas de energia elétrica por meio de um regime de concessão de desconto tarifário, isenções e subsídios. Um desses programas é o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (PROINFA), cujo objetivo é o de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis (pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas e empreendimento termelétricos a biomassa) na produção de energia elétrica.

⁴⁶ Segundo o WWF, a Pegada Ecológica de um país, de uma cidade ou de uma pessoa, corresponde ao tamanho das áreas produtivas de terra e de mar necessárias para gerar produtos, bens e serviços que sustentam determinados estilos de vida. Em outras palavras, a Pegada Ecológica é uma forma de traduzir, em hectares (ha), a extensão de território que uma pessoa ou toda uma sociedade “utiliza”, em média, para se sustentar.

Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/o_que_compoe_a_pegada/



6. Adotar **medidas de prevenção e contenção das queimadas**, principalmente, na época de secas. Tema, aliás, que se encontra na moda. Além disso, desenvolver ações para o reflorestamento e recomposição da mata nativa.

Assinado em dezembro de 2015, o **Acordo de Paris** criou o compromisso de manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2 °C em relação aos níveis pré-industriais, e envidar esforços para limitar este a 1,5 °C. Para isso, fixou-se como diretriz a redução de emissão de gases de efeito estufa.

O referido Acordo foi internalizado por meio do Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017, e o Brasil comprometeu-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa de forma que, em 2025, emita 37% abaixo daquilo que foi emitido no ano de 2005⁴⁷.

Embora o então candidato à presidência da República Jair Bolsonaro tenha afirmado que, caso eleito, o Brasil poderia se retirar do Acordo, isso ainda não ocorreu.

3. Matriz Energética e Elétrica

No que se refere à **matriz energética**, o primeiro cuidado a ser tomado é lembrar que não é o mesmo que **matriz elétrica**. A energia elétrica é uma das fontes de energia, mas não é a única. Enquanto a **matriz energética** representa o conjunto de fontes de energia disponíveis para movimentar os carros, preparar a comida no fogão e gerar eletricidade, a **matriz elétrica** é formada pelo conjunto de fontes disponíveis apenas para a geração de energia elétrica, ou seja, esta é um subconjunto daquela.

Bem, antes de adentrarmos na parte técnica, afinal, porque essa questão é relevante?

Meus caros, porque interfere diretamente no volume de gases poluentes que são liberados na atmosfera. Muitas das **atividades humanas** atuais utilizam **energia** e a maior parte dessa energia provém da **queima de combustíveis fósseis**. Para se ter uma ideia, no mundo, a principal fonte de **geração de energia elétrica** é o carvão, cuja queima libera elevada quantidade de poluentes. No transporte, a **energia** para movimentar os veículos provém, principalmente, da queima de gasolina e óleo diesel.

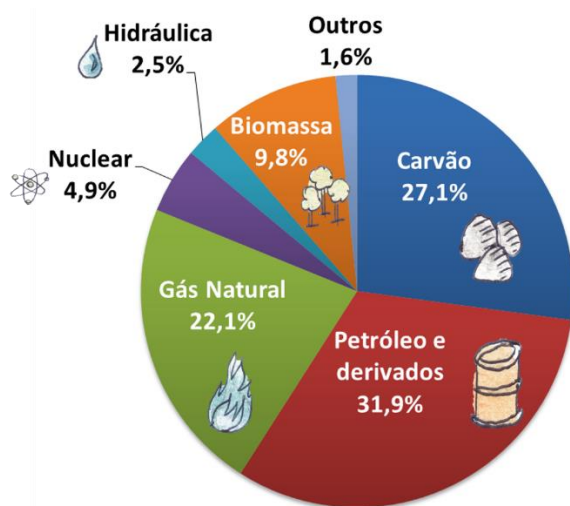
Assim, o uso de fontes de energia renováveis, ao contrário das fontes que utilizam combustíveis fósseis, implica, certamente, uma menor emissão de poluentes. Por isso, é tão importante ter matriz energética/elétrica limpa(s).

Nessa parte, utilizarei as informações, inclusive os gráficos, existentes do sítio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)⁴⁸. Tratemos, inicialmente, sobre a matriz energética. Colocarei, lado a lado, o padrão mundial e o padrão brasileiro:

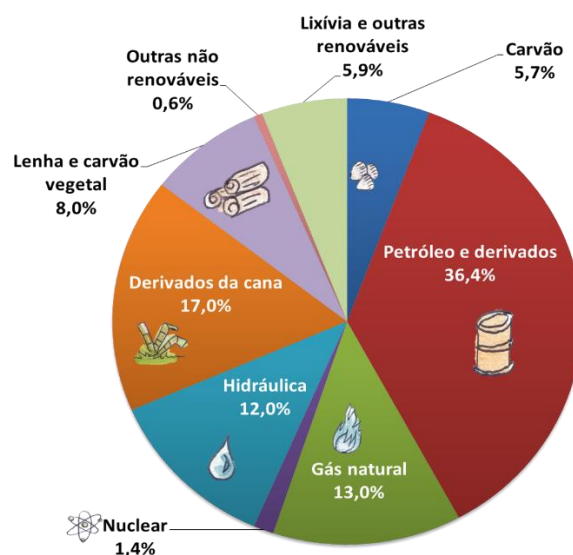
⁴⁷ Disponível em: <https://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>. Acesso em 15/09/2019.

⁴⁸ Disponível em: <http://epe.gov.br/pt/abcedenergia/matriz-energetica-e-eletrica>. Acesso em 15/09/2019.





Matriz Energética Mundial 2016 (IEA, 2018)⁴⁹



Matriz Energética Brasileira 2017 (BEN, 2018)⁵⁰

Verifica-se que, no cenário mundial, a matriz energética é composta, principalmente, por **fontes não renováveis**, como o carvão, petróleo e gás natural. Já as **fontes renováveis**, como solar, eólica e geotérmica, correspondem a apenas 1,6% da **matriz energética mundial**, são representadas como "Outros" no gráfico. Somando a participação da energia hidráulica e da biomassa, as renováveis totalizam 14%.

Por outro lado, a matriz energética do Brasil privilegia muito mais as fontes renováveis. Ainda que o consumo de energia de fontes não renováveis seja maior do que o de renováveis, as fontes renováveis totalizam 42,9%, o que corresponde a quase metade da matriz energética.

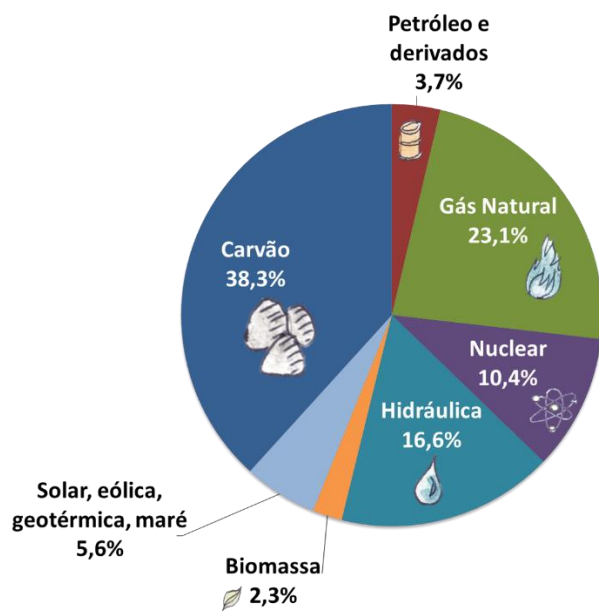
Isso não é à toa. Além de possuir uma matriz elétrica relativamente limpa, o Brasil, historicamente, investiu em alguns programas voltados para o uso de energias alternativas, vide o **PróAlcool** - Programa Brasileiro de Alcool. Neste, visou-se a redução da dependência externa do petróleo adicionando álcool anidro à gasolina. Trata-se de experiência pioneira no mundo e que, hoje, reflete-se na existência dos carros "total-flex".

Por esses fatos, segundo o relatório sobre Mercado de Energias Renováveis 2018 da Agência Internacional de Energia (AIE), o **Brasil é considerado o país que apresenta a matriz energética menos poluente entre os grandes consumidores globais de energia, sendo a nação com maior participação de fontes renováveis**.

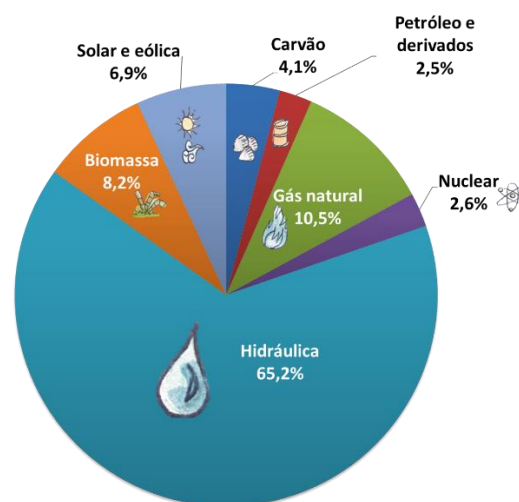
Quando se fala em matriz elétrica, a situação brasileira destaca-se ainda mais. Vejam:

⁴⁹ Disponível em: <https://www.iea.org/statistics/?country=WORLD&year=2016&category=Key%20indicators&indicator=TPESbySource&mode=chart&dataTable=BALANCES>. Acesso em 15/09/2019.

⁵⁰ Disponível em: <http://epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-2018> Acesso em 15/09/2019.



Matriz Elétrica Mundial 2016 (IEA, 2018)⁵¹



Matriz Energética Brasileira 2017 (BEN, 2018)⁵²

Assim, pelos gráficos, percebe-se que, enquanto a **geração de energia elétrica no mundo é baseada, principalmente, em combustíveis fósseis como carvão, óleo e gás natural, e em termelétricas, a matriz elétrica brasileira é baseada em fontes renováveis de energia.**

Nesse sentido, é importante que você saiba:

1. Hidroeletricidade: historicamente, o Brasil adotou pela construção de grandes usinas hidrelétricas, aproveitando as condições naturais que propiciavam essa abordagem. Durante muito tempo, a usina de Itaipu (binacional – Brasil/Paraguai) foi a maior usina hidrelétrica do mundo. Uma das desvantagens da construção de hidrelétricas para o meio ambiente é a necessidade de serem construídas barragens, inundando extensa área.
2. Eólica: em poucos anos, o Brasil saiu de uma posição absolutamente inexpressiva para a 10ª posição no *ranking* das nações produtoras de energia eólica em capacidade instalada. Geograficamente, a produção concentra-se no Nordeste, favorecida pelo regime de ventos adequado. Estima-se que cerca de 5% da energia gerada no Brasil seja oriunda dos aerogeradores.
3. Solar: apesar da expansão, a sua contribuição ainda é incipiente, correspondendo a cerca de 1% a capacidade instalada no país.

Acho que está bom. Agora é com vocês.

⁵¹ Disponível em: <https://www.iea.org/statistics/electricity/>. Acesso em 16/09/2019.

⁵² Disponível em: <http://epe.gov.br/pt/pagina-nao-encontrada?requestUrl=http://epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-303/topico-419/BEN2018.pdf>. Acesso em 15/09/2019.

Proposta de solução

No ano de 2019, o tema da **poluição do ar** [tema] tem ocupado agenda de grande destaque no cenário internacional. Não à toa, foi ele escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) no dia do meio ambiente. Face à gravidade da situação, faz-se necessário debater alguns de seus aspectos mais relevantes [tese].

Inicialmente, frise-se que a importância do debate sobre a poluição do ar decorre das consequências da sua má qualidade, a exemplo das implicações nocivas que causa à saúde. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), tal poluição resulta na morte prematura de sete milhões de pessoas todos os anos, principalmente por problemas cardiovasculares e pulmonares. Os danos à saúde humana, além de sobrecarregarem os sistemas de saúde, implicam elevados custos a serem arcados pela sociedade, provocados pela necessidade de tratamento médico para as vítimas da poluição do ar.

Para evitar a ocorrência disso, é fundamental a participação do Estado, que pode se manifestar de inúmeras formas, quais sejam: criar condições para que a sociedade se desloque sem a necessidade de recorrer a veículos emissores de poluentes, instalando e aperfeiçoando, por exemplo, ciclovias; promover campanhas educativas que visem à sensibilização da sociedade para a importância de um comportamento consciente e incentivar o uso de tecnologias limpas, facilitando a implantação e a consolidação do mercado de carros elétricos em território nacional.



Nesse contexto, afirma-se que a matriz elétrica brasileira pode ser considerada limpa, devido ao uso predominante de fontes de energia renováveis, tais como hidroeletricidade (principal fonte), biomassa, energia eólica e solar. A geração pelo uso de combustíveis fósseis (o carvão e o petróleo e seus derivados), uma das maiores responsáveis pela poluição do ar no planeta, ocupa percentual reduzido na matriz elétrica nacional.

Assim, é possível perceber a importância da preservação da qualidade do ar. Ressalte-se que, para o alcance desse objetivo, além da participação do Estado, é necessário o engajamento da sociedade, que, por meio de atitudes individuais e coletivas, deve atuar para minimizar danos ecológicos.

Tema 28

O atual presidente do Brasil expediu um decreto que facilita a posse de armas. O decreto altera o Estatuto do Desarmamento, aprovado em 2003, que limita o acesso a armamentos no Brasil. A principal mudança do decreto é a definição mais flexível de quem tem “efetiva necessidade” de ter uma arma – há o pressuposto de que as informações prestadas sejam verdadeiras e a Polícia Federal apenas as examina. Outra modificação importante é o aumento do prazo de validade da autorização de posse de cinco para dez anos.

Internet: <www.bbc.com> (com adaptações).

Em um ano e meio, desde 2019, já foram editados, pelo menos, onze decretos, uma lei e quinze portarias do Exército que trarão como consequência a fragilização dos instrumentos de controle e fiscalização de armas de fogo e munições, o aumento do número de armas em circulação no país, a obstacularização do combate ao tráfico ilegal dessas armas e a facilitação de sua obtenção por criminosos, como traficantes e milicianos.

Dos onze decretos publicados em 2019, seis continuam em vigor. Das quinze portarias do Exército, incluídas aqui as publicadas em conjunto com o Ministério da Justiça, sobre munições, pelo menos cinco foram revogadas, três delas justamente as que foram editadas após reuniões técnicas com o Tribunal de Contas da União (TCU), a Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF). A quantidade de revogações totais



ou parciais dos textos aponta para a ausência de reflexão, embasamento técnico e avaliação de impactos em sua produção.

Mas o que mudou? Se antes, ao contrário do que diz o *lobby* armamentista, já havia inúmeras possibilidades para que as pessoas tivessem acesso a armas, desde que cumprissem determinados requisitos, após essa produção normativa, o cidadão comum passou a ter acesso facilitado a armamentos, inclusive a alguns de maior calibre, e a poder comprar munições em maior quantidade. Regras específicas sobre ampliação do acesso a armas e da quantidade de munições que podem ser adquiridas por determinadas categorias, em especial os chamados CACs – colecionadores, atiradores e caçadores –, também foram flexibilizadas. Mecanismos de controle de armas e munições, como as marcações, que possibilitavam rastreamento desses produtos, deixaram de existir.

Atlas da Violência 2020.

Um publicitário paulistano resolveu adquirir uma arma depois de ficar refém, com a família, em um assalto dentro de casa. O tio dele, empresário, passou a usar carro blindado após ter sido baleado em uma tentativa de assalto. “A gente tenta se proteger da forma que pode, até onde nosso dinheiro alcança”, disse ele.

Internet: <www1.folha.uol.com.br> (com adaptações).

Dono de pizzeria reage a assalto e mata criminosos na Zona Norte de São Paulo

Um homem e um adolescente foram baleados em Pirituba após cometerem crime. Comerciante é atirador esportivo e possui porte de arma.

Dois assaltantes foram mortos após serem baleados pelo dono de uma pizzeria que reagiu a um assalto na madrugada desta quarta-feira (20) em Pirituba, na Zona Norte de São Paulo.

Os bandidos chegaram a pé e anunciaram o assalto. No entanto, eles foram surpreendidos pelo dono do estabelecimento que possui posse de arma.

O primeiro foi atingido, correu e caiu na frente do local e morreu. O outro assaltante, um adolescente de 15 anos, foi socorrido e morreu no hospital.

As cápsulas dos tiros ficaram espalhadas pelo chão. Com os criminosos foram encontrados um celular roubado, relógio, dinheiro e duas armas falsas.

Uma pistola .40, que pertence ao dono da pizzeria, que é atirador esportivo, também foi apreendida. A arma é legalizada e a documentação foi apresentada na delegacia.

Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/20/dono-de-pizzaria-reage-a-assalto-e-mata-criminosos-na-zona-norte-de-sp.ghtml>. Acesso em 21 de janeiro de 2021.

Motivado pela leitura dos textos anteriores, redija um texto dissertativo que responda, de forma fundamentada, ao seguinte questionamento:

A FACILITAÇÃO DA POSSE E DO PORTE DE ARMAS DE FOGO CONTRIBUI PARA A REDUÇÃO DA INSEGURANÇA PÚBLICA?



Abordagem teórica

1. Armas de fogo

Segundo o Atlas da Violência de 2020, em 2018, 41.179 pessoas foram assassinadas por arma de fogo no país, o que correspondeu a uma taxa de 19,8 por 100 mil habitantes. Apesar de representar uma redução em relação ao ano anterior, ainda se trata de um número muito alto, o que dá maior relevância à discussão sobre a flexibilização de posse/porte de armas de fogo.

De fato, a posse/porte de armas divide opiniões. Para os que **defendem o acesso às armas** de forma mais facilitada aos cidadãos bem-intencionados, as armas devem ser vistas como instrumento de proteção da sociedade contra a ação dos meliantes.

Por essa abordagem, o **desarmamento estimula a violência**, haja vista que os criminosos, cientes de que a população estará indefesa, lançam-se com maior destemor ao cometimento de delitos. Para eles, a **restrição do acesso às armas só prejudica o cidadão**, visto que os criminosos, por óbvio, não respeitam as proibições impostas pelo Estatuto do Desarmamento. Corrobora esse fato as constantes apreensões de armamento de todos os tipos, inclusive os de uso privativo das Forças Armadas (canhões AT4, Carl Gustaf, metralhadoras .50, entre outros).

Segundo esse grupo, **em face à comprovada ineficácia do Estado em combater o crime, preventiva e repressivamente, e proporcionar a segurança**, Direito Fundamental previsto no *caput* art. 5º da Constituição Federal (CF/1988)⁵³, a posse de uma arma de fogo representaria a única forma eficaz de proteção contra ações criminosas. Isso é especialmente necessário nas propriedades rurais, as quais frequentemente têm sido alvo de criminosos, que se aproveitam do policiamento quase inexistente nos locais mais ermos.

Entre outros, esse grupo ampara seus argumentos no *caput* art. 5º da CF/1988, o qual dispõe ser **inviolável o direito à vida e propriedade**, sendo, portanto, razoável que o cidadão possa adotar os meios para preservação da sua integridade física e de seu patrimônio. Além disso, menciona-se o direito à legítima defesa, excludente de ilicitude prevista no art. 25 do Código Penal: “art. 25 – *Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem*”.

Outrossim, em 2005, o povo brasileiro foi consultado sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munições no país. Estava em pauta a alteração no art. 35 do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), que tornava proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional. **Como resultado do referendo, os brasileiros rejeitaram a alteração na lei, optando por manter o comércio legal de armas de fogo, ou seja, zelando pelo direito de comprar armamento, caso assim o**

⁵³ Constituição Federal, art. 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:



desejarem. Para os que são refratários ao desarmamento, se a população optou pela liberdade de comercialização, optou pelo direito à aquisição de armas, sendo, por isso, um argumento contra o referido Estatuto.

Menciona-se também o **fracasso do Estatuto do Desarmamento**, pois, mesmo com todas as restrições para o acesso às armas, os dados mostram que não houve redução no número de mortes. **Assim, os únicos a se desarmarem foram os civis;** os criminosos estão, a cada dia, mais bem equipados. De acordo com o Atlas da Violência 2019, em 2016 se manteve o mesmo índice de mortes de arma de fogo de 2003, cerca de 70%. Assim, não houve o ganho propalado pelos seus defensores.

Por fim, defendem também serem menores os índices de criminalidade nos países cuja aquisição de armas é mais facilitada. Argumentam que o desarmamento é, historicamente, uma estratégia para o enfraquecimento da sociedade, deixando-a mais vulnerável à ação de governos com viés autoritário. Assim, desarmar a população seria estratégia adotada com objetivo de dominação e concentração de poder.

Vejamos, agora, o outro lado da moeda. Essa é a posição que eu **recomendo** adotarem para fins de prova. A livre formação de suas próprias convicções ideológicas é direito inalienável do candidato, contudo recomendo recorrer a posições mais avalizadas pela comunidade científica⁵⁴ e, no caso, as pesquisas são quase unânimes em apontar no sentido que mais armas significam mais crimes.

Você pode ser contra o desarmamento e pode construir sua redação sob essa premissa. Contudo, existem inúmeras evidências científicas em sentido contrário, o que pode dar muito mais força a seus argumentos. Além disso, a depender da sua habilidade com as palavras, você pode deixar transparecer uma posição mais radical e que a banca pode entender como ofensa aos direitos humanos, algo que não costuma ser perdoado.

Para fundamentar o que eu disse, veja alguns exemplos⁵⁵:

- O prof. John J. Donohue III (Univ. Stanford), um dos mais proeminentes pesquisadores mundiais sobre os efeitos da difusão de arma de fogo, publicou, junto com colegas, em abril de 2019, no *Jornal of Empirical Legal Studies*, o mais abrangente artigo científico sobre o efeito da flexibilização do porte de armas nos EUA (onde a lei difere de estado para estado). Nesse trabalho, **eles concluíram que a flexibilização da lei fez aumentar entre 13% a 15% a taxa de crimes violentos em 10 anos.**
- No Brasil, Cerqueira (2014) mostrou evidências de **que a cada 1% a mais de armas de fogo em circulação há um aumento de 2% na taxa de homicídio.** Resultados qualitativamente idênticos foram obtidos em duas teses de doutorado na EPGE/FGV e na USP, onde os autores utilizaram

⁵⁴ Segundo o Atlas da Violência de 2019 (pg. 78): **De fato, há consenso na literatura científica internacional sobre os efeitos perniciosos da difusão de armas de fogo na sociedade.** Por exemplo, Conti fez uma análise intitulada "Dossiê Armas, Crimes e Violência: o que nos dizem 61 pesquisas recentes". **Segundo o autor: "90% das revisões de literatura são contrárias à tese "mais Armas, menos Crimes". Das 10 revisões de literatura ou meta-análises publicadas em periódicos com revisão por pares entre 2012 e 2017, nove concluíram que a literatura empírica disponível é amplamente favorável à conclusão de que a quantidade de armas tem efeito positivo sobre os homicídios, sobre a violência letal e sobre alguns outros tipos de crime.**

⁵⁵ Atlas da Violência de 2019.



métodos quantitativos também sofisticados. Além disso, nesses trabalhos não se verificou qualquer relação da difusão da arma de fogo com a diminuição de crimes contra o patrimônio.

- Cerqueira e De Mello (2013) encontraram que, **se não fosse o Estatuto do Desarmamento, a taxa de homicídio teria aumentado 12% acima da verificada, entre 2004 e 2007.**
- Além dos estudos que demonstram que a maior difusão de arma de fogo faz aumentar a insegurança pública, **vários trabalhos científicos mostram que a presença de uma arma de fogo no lar conspira contra a segurança da família**, pois faz aumentar inúmeras vezes as chances de algum morador sofrer homicídio, suicídio ou um acidente fatal, inclusive, envolvendo crianças, como, por exemplo, foi descrito em Dahlberg et al. (2004).

Além disso, podem ser mencionados os seguintes pontos⁵⁶:

1. *Como falado, uma arma de fogo dentro do lar faz aumentar as mortes violentas dos moradores, seja por questões que envolvem crimes passionais e feminicídios, seja porque aumenta barbaumentemente as chances de suicídio, ou ainda porque aumentam-se as chances de acidentes fatais, inclusive envolvendo crianças. Por exemplo, Dahlberg et al. (2004) mostraram que **o risco de um homem cometer suicídio em casas onde há armas aumenta 10,4 vezes**. Segundo Fowler et al. (2017), em função de acidentes domésticos envolvendo armas de fogo, a cada ano 1.300 crianças são mortas nos EUA e 5.790 são internadas.*
2. *Uma parte significativa dos crimes violentos letais intencionais é perpetrada por razões interpessoais. No Brasil, cerca de 4% dessas mortes ocorrem por latrocínio. Por outro lado, alguns trabalhos, como o de Dirk e Moura (2017), com dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, mostraram que, no total dos casos de crimes letais intencionais conhecidos, **mais de 20% das mortes ocorrem por questões interpessoais, como brigas de vizinho, crimes passionais, brigas de bar, etc.** Portanto, o indivíduo com uma arma de fogo na mão que se envolve em um conflito aumenta as chances de ocorrência de uma tragédia.*
3. *Significativa parcela das armas legais são extraviadas ou roubadas e terminam em algum momento caindo na ilegalidade, o que faz com que o preço da arma no mercado ilegal diminua e facilita o acesso a armas para os criminosos contumazes. A CPI das Armas realizada pela Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, mostrou dados robustos sobre a questão. Em 10 anos, no estado do Rio de Janeiro, foram extraviadas ou roubadas 17.662 armas das empresas de vigilância ou segurança privada. Nessa mesma CPI mostrou-se que, das armas ilegais apreendidas, 68% tinham sido armas legais num primeiro momento e vendidas no território nacional e 18% tinham sido armas desviadas das Forças Armadas ou polícias. Ou seja, **86% das armas ilegais foram em algum momento legais e depois desviadas para o crime**. Numa pesquisa mais recente de 2017, produzida pelo Instituto Sou da Paz, intitulada De onde vêm as armas do crime apreendidas no Nordeste, reafirmou-se a conclusão da CPI do RJ, em que **grande parcela das armas apreendidas possuía registro legal anterior**.*

⁵⁶ Atlas da Violência de 2019.



4. *A arma de fogo no ambiente urbano é um bom instrumento de ataque, mas um péssimo instrumento de defesa, em vista do fator surpresa. Aliás, as mortes de inúmeros policiais nos dias de folga atestam esse ponto. De outra forma, uma pesquisa do IBCCRIM mostrou que **uma vítima de um assalto, quando armada, possui 56% a mais de chances de ser morta do que a vítima desarmada.***

Bem, superada essa primeira parte, continuemos.

Para aqueles que são **a favor do desarmamento**, as **armas são símbolo de morte e destruição**. Defendem que estimular a aquisição de armas pela população irá levar a sociedade ao colapso, na medida em que questões banais, corriqueiras, poderiam culminar em lesões graves ou mortes pelo fato de alguns dos indivíduos estarem armados. Assim, o indivíduo, por estar armado, fica encorajado a dar respostas violentas para a solução de conflitos interpessoais.

Além disso, o possuidor de armas fica com **maior poder para coagir, para ameaçar**. Isso é crítico quando se está falando de violência doméstica, situação na qual, muitas vezes, a vítima é mantida em silêncio em decorrência das ameaças feitas pelo agressor. Sob o viés econômico, o aumento da facilidade e do acesso às armas significa diminuição do custo da arma, o que viria a facilitar a aquisição do armamento pelo criminoso no mercado ilegal.

Argumenta-se também que **é necessário ter elevada destreza, preparo físico e psicológico para que o possuidor possa fazer um bom uso do seu armamento**; caso contrário, além de não evitar a investida criminosa, fatalmente, o portador terá a vida ceifada e a sua arma capturada. Questionam também o fato de que, se os próprios policiais, que são preparados para lidar com a situação, muitas vezes são surpreendidos e não conseguem reagir, com muito mais razão um cidadão comum, na maioria dos casos, também não seria.

Nesse sentido, conforme lembrado pela pesquisadora Isabel Figueiredo, no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, não há fronteiras entre as armas legais e as armas que alimentam a criminalidade violenta. É a arma que o “cidadão de bem” comprou para “se defender” que estará envolvida logo mais em um roubo, um sequestro relâmpago e até mesmo em um homicídio. A intensidade do problema pode ser mensurada pelos seguintes dados. Considerando apenas os dados do Sinarm⁵⁷, **pelo menos 11.119 armas de fogo foram extraviadas, perdidas, furtadas ou roubadas em 2018 e outras 13.835, em 2017.**

Acrescente-se que, não obstante os opositores ao Estatuto do Desarmamento argumentarem que haveria critérios rígidos para o acesso e a manutenção da posse/porte de arma, os seus defensores argumentam que **não há garantias de que esse processo seria isento de corrupção**, o que ocasionaria a existência de uma série de indivíduos sem o mínimo de preparo para conduzir armamento.

O ESTATUTO DO DESARMAMENTO (Lei 10.826/2003)⁵⁸

⁵⁷ O Sistema Nacional de Armas - Sinarm, instituído no Ministério da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, com circunscrição em todo o território nacional, é responsável pelo controle de armas de fogo em poder da população, conforme previsto na Lei 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento).

⁵⁸ Conforme Atlas da Violência de 2020 e de 2019.



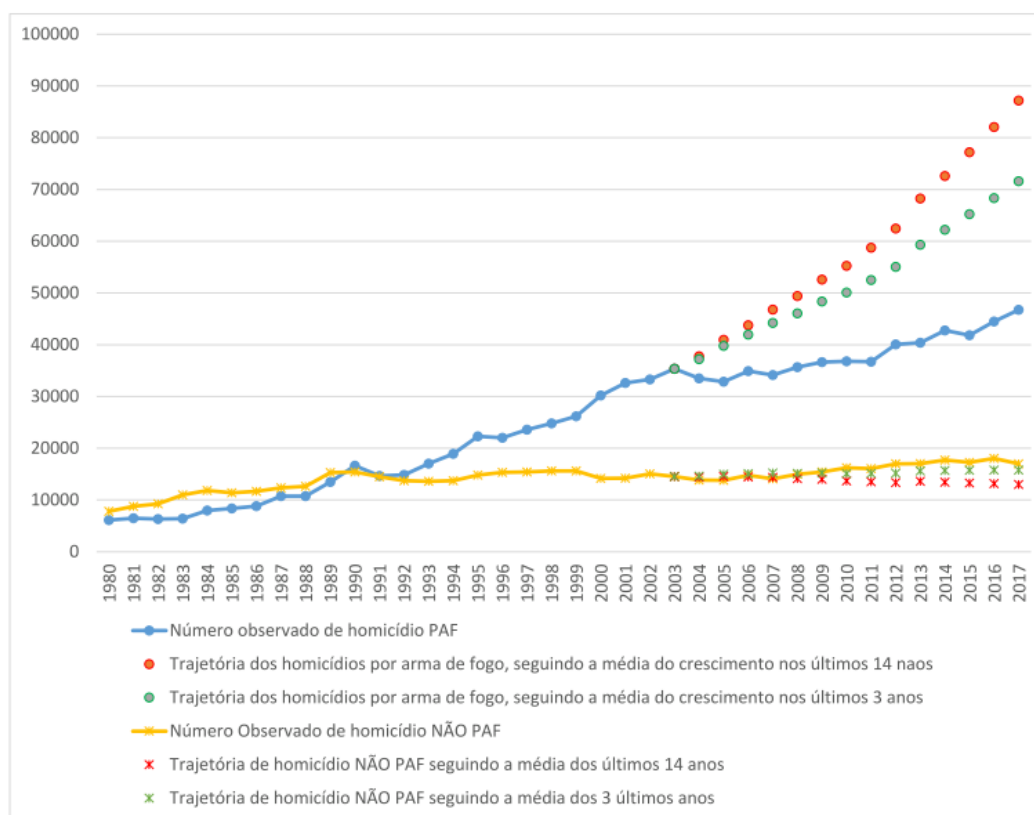
Cerqueira e Mello (2013) apresentaram evidências de que, entre 2004 e 2007, a taxa de homicídios seria 11% maior, caso o Estatuto do Desarmamento não tivesse sido sancionado.

Considerando-se a taxa de homicídios por arma de fogo por 100 mil habitantes, esse índice cresceu a uma velocidade de 5,8%, 5,9% e 6,0% em média a cada ano, em um período de quatro anos (1999 a 2003), catorze anos (1989 a 2003), ou 23 anos (1980 a 2003), antes do Estatuto do Desarmamento. Por seu turno, nos quinze anos após o Estatuto (entre 2003 e 2018), a velocidade de crescimento anual dessas mortes diminuiu para 0,9%.

Ou seja, antes de 2003, quando foi sancionado o Estatuto do Desarmamento, a velocidade de crescimento das mortes era cerca de 6,5 vezes maior do que a que passou a vigorar no período subsequente. No entanto, no que se refere aos homicídios por outros meios, que não a arma de fogo, a velocidade de crescimento, antes ou após o Estatuto, não se alterou tanto.

Acompanhe o seguinte gráfico:

Número de homicídios por arma de fogo (PAF) e por outros meios (não PAF) no Brasil, entre 1980 e 2017 – observado e calculado, caso a taxa de crescimento após 2003 se dessem no mesmo padrão de 14 e 3 anos anteriores



Fonte: Microdados do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Basicamente, o gráfico mostra que, considerando as trajetórias de letalidade no período anterior ao Estatuto do Desarmamento (tanto num prazo mais longo – 14 anos – quanto num prazo mais curto – 3 anos, para projetar o futuro), enquanto verificamos trajetórias idênticas de homicídios por outros meios, entre 2003 e 2017, há, por outro lado, uma clara mudança na trajetória das mortes por armas de fogo, que teriam crescido muito mais do que os dados efetivamente observados. Portanto, ainda que outros fatores possam explicar a mudança de padrão de letalidade após 2003, esses fatores alternativos teriam que dar conta de explicar por



que a mudança ocorre exatamente em 2003 e por que a mudança ocorre apenas para a violência armada e não por outros meios. Tais exercícios trazem, portanto, uma forte sugestão do efeito do Estatuto do Desarmamento para frear a violência armada no país.

Além disso, retrucam que, grande parte da pressão pelo fim do Estatuto é oriunda da indústria bélica, interessada em ampliar o mercado consumidor⁵⁹. Por fim, há ainda argumentos religiosos, haja vista o fato de que a doutrina cristã (referência para maior parte dos cidadãos brasileiros) repudia a violência e preconiza o pacifismo e a resolução de conflitos por meio do diálogo.

Por fim, pesquisas realizadas pelo instituto Datafolha, em 2019, mostraram que 66% dos entrevistados concordam com a afirmação de que “a posse de armas deve ser proibida, pois representa ameaça à vida de outras pessoas”. Já 31% concordam que “possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender”. Assim, essa pesquisa demonstrou que a maioria dos brasileiros é contra flexibilizações de posse e de porte de armas de fogo, o que fortalece o discurso dos seus opositores.

Bem, muita coisa. Agora você está devidamente “armado” de argumentos. Vamos à prática.

Proposta de solução

Segundo o Atlas da Violência de 2020, em 2018, 41.179 pessoas foram assassinadas por arma de fogo no país, cifra que evidencia a incapacidade do Estado em prover segurança à sua população. Apesar disso, é incontestável que a facilitação da posse e do porte de armas de fogo não contribuirá para a redução da insegurança pública [tese].

Primeiramente, mencione-se que a facilitação da posse e do porte de armas de fogo aumentará a possibilidade de que divergências interpessoais resultem em mortes. Questões banais e corriqueiras, como brigas de vizinho, discussão, brigas de bar, poderão culminar em lesões graves ou mortes, as quais poderiam ser plenamente evitadas se os indivíduos envolvidos não estivessem armados. Portanto, caso o indivíduo que se envolva em um conflito tenha

⁵⁹ De acordo com o Small Arms Survey, a indústria de arma brasileira movimenta por ano, cerca de cem milhões de dólares o Brasil é o quarto maior exportador de armas leves do mundo.



uma arma de fogo na mão, aumentam-se as chances de ocorrência de uma tragédia, conforme mostram os estudos científicos sobre o tema.

Além disso, frise-se que arma de fogo nas cidades pode ser considerada um bom instrumento de ataque, mas um péssimo instrumento de defesa, em vista do fator surpresa. Assim, nada garante que um indivíduo armado consiga repelir uma investida criminosa, mesmo sendo uma pessoa devidamente treinada para isso, o que se comprova pelo elevado número de policiais mortos nos dias de folga. Aliás, o fato de estar armado pode só piorar a situação, haja vista que o conhecimento desse fato pelo criminoso recrudesce a violência perpetrada, o que pode ocasionar a morte da vítima e a captura de mais uma arma a serviço do crime.

Ademais, uma arma dentro de casa faz aumentar inúmeras vezes as chances de algum morador ser vítima de homicídio ou de cometer suicídio ou de ocorrer algum acidente. Nesse sentido, conforme consta do Atlas da Violência de 2019, o risco de um homem cometer suicídio em casas onde há armas aumenta mais de 10 vezes. Por fim, ressalte-se que a questão dos acidentes domésticos é especialmente crítica no segmento infantil, idade em que se desconhecem os perigos do manuseio de armas de fogo.

Diante do exposto, nota-se que facilitar o acesso às armas agravará o já grave problema da segurança pública no Brasil. Nesse sentido, cabe à sociedade organizar-se para exigir dos seus representantes ações contrárias à flexibilização da posse e do porte de armas, como forma de tornar mais seguro o convívio social, direito constitucionalmente assegurado.



Tema 29

"Milhares de mulheres entraram na justiça do DF com medidas protetivas, desde que a Lei Maria da Penha entrou em vigor, em setembro de 2006. A maioria se refere a proibições judiciais de contato pelos companheiros e ex-companheiros. Esses pedidos vieram de mulheres que moram em Brasília (região que inclui, além do Plano Piloto, o Lago Sul e o Lago Norte, o Varjão e a Estrutural) e localidades circunvizinhas. A grande maioria das ações acolhidas pelo Tribunal de Justiça do DF com base na Lei Maria da Penha têm-se relacionado à ingestão de álcool e são feitas contra ex-companheiros das mulheres agredidas. Em 2018, o número de inquéritos abertos na Delegacia da Mulher do DF cresceu 86% em relação às 1.677 denúncias feitas no ano anterior. Isso não significa que a prática do crime tenha aumentado, mas sim que as mulheres estão denunciando as agressões com maior frequência".

Correio Braziliense (com adaptações).

"Uma ligação anônima ajudou a esclarecer as circunstâncias da morte da auxiliar de serviços gerais Pedrolina Silva, 50 anos. Segundo a pessoa que acionou a PCDF, João Marcos Vassalo da Silva Pereira, 20, teria dito a diversas pessoas no Paranoá Parque, condomínio em que os dois moravam, que se a mulher "não for minha, não será de mais ninguém".

<https://www.metropoles.com/violencia-contr-a-mulher/se-nao-for-minha-nao-sera-de-mais-ninguem-teria-dito-assassino-de-pedrolina>

"A Lei Maria da Penha apresenta cinco tipos de atitudes violentas contra as mulheres: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A violência física é representada por ações como tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, estrangulamento, lesões por armas ou objetos etc. A violência psicológica inclui ações como insultos constantes, humilhação, desvalorização, chantagem, isolamento de amigos e familiares, ridicularização, rechaço, manipulação afetiva, exploração e negligência.

A violência sexual é a ação cometida para obrigar a mulher, por meio da força física, coerção ou intimidação psicológica, a ter relações sexuais ou presenciar práticas sexuais contra a sua vontade. Já a violência patrimonial ocorre quando o agressor retém, subtrai, ou destrói os bens pessoais da vítima, seus instrumentos de trabalho, documentos e valores. Por fim, a violência moral ocorre quando a mulher sofre com qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria praticada por seu agressor".

<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/o-tipo-de-violencia-sofrida>

Considerando os textos de apoio acima e seu conhecimento de mundo, elabore um texto dissertativo-argumentativo no qual seja apresentado seu posicionamento acerca do seguinte tema: **"a persistência da violência contra a mulher"**.



Abordagem teórica

Importante notar que já há, inquestionavelmente, um problema e, mais do que isso, que esse perdura. Com isso, a proposta de intervenção social torna-se essencial, independente de constar expressamente do enunciado. Se algo negativo subsiste, concorda que está implícita a exigência de reflexão em torno de uma alternativa para sua resolução desse problema? Daí a importância de que seja apresentada uma ou mais propostas de intervenção.

1. Introdução

A **Convenção de Belém do Pará**, define violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Capítulo I, Artigo 1º). Ampliando o escopo, a Lei Maria da Penha (11.340/2006) apresenta mais duas formas de violência - moral e patrimonial -, que, somadas às violências física, sexual e psicológica, totalizam as cinco formas de violência doméstica e familiar reconhecidas legalmente no Brasil.

A violência contra a mulher não é um fato novo. É fenômeno global e ocorre em qualquer camada social e independe de condição socioeconômica e/ou grau de instrução dos envolvidos.

Apesar de não ser novo, o debate mais aprofundado sobre a violência contra a mulher, no país, é algo recente. Nos últimos 15 anos, houve a consolidação do arcabouço legal destinado ao enfrentamento dos diferentes tipos de violência contra a mulher, a exemplo da Lei Maria da Penha, das alterações no Código Penal referentes ao crime de estupro (2009) e ao crime de feminicídio⁶⁰ (2015), e, por fim, da recente lei de importunação sexual (2018).

Apesar dos significativos avanços registrados nos campos político, legal e social, as mudanças para que as mulheres possam viver sem violência ainda ocorrem de forma lenta. Os dados são preocupantes: conforme apurou a pesquisa Violência doméstica e familiar contra a mulher – 2017⁶¹, realizada pelo Instituto DataSenado, do Senado Federal, quase uma em cada três mulheres já foi vítima de algum tipo de violência doméstica.

Segundo o Atlas da Violência de 2019⁶², houve também um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número

⁶⁰ A Lei 13.104/2015 altera o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o inclui no rol dos crimes hediondos. O feminicídio, então, passa a ser entendido como homicídio qualificado contra as mulheres “por razões da condição de sexo feminino”.

⁶¹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/muitas-mulheres-ainda-sofrem-violencia-no-brasil>

⁶² Atlas da violência 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf.



registrado desde 2007. Esse dado compõe o crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante a década 2007-2017.

Com relação aos agressores, há reconhecimento na literatura internacional de que a significativa maioria das mortes violentas intencionais que ocorrem dentro das residências são perpetradas por conhecidos ou íntimos das vítimas. A principal causa apontada é o **inconformismo do homem com o término do relacionamento**.

A violência contra a mulher é consequência, principalmente, do **machismo na sociedade**, responsável pela cultura de objetificação da mulher, posicionando-a em situação de inferioridade em relação ao homem. A ainda presente desigualdade de poder entre os sexos, constituída por questões econômicas, culturais, educacionais coloca a mulher em situação de vulnerabilidade, o que oportuniza todo tipo de violência contra ela.

Geralmente, a causa alegada pelo agressor para o ato de violência doméstica é um motivo fútil. O alcoolismo, uso de drogas, ciúmes, comportamento da mulher e questões financeiras são os que costumam ser apresentados como justificativas, mas é o machismo, enraizado na sociedade, e revelado no sentimento cotidiano de posse e subjugação que determina a maioria absoluta de casos de violência doméstica.

Um conceito relevante nessa discussão é o de **masculinidade tóxica**. Reflete o aspecto repressivo da masculinidade, a qual associa ao homem à força e agressividade, enquanto as emoções são uma fraqueza. Nessa esteira, sexo e brutalidade são padrões pelos quais os homens são avaliados, enquanto traços supostamente "femininos". Alguns dos efeitos da masculinidade tóxica estão a supressão de sentimentos, encorajamento da violência, falta de incentivo em procurar ajuda, perpetuação da *cultura do estupro, homofobia, misoginia*⁶³, *racismo* e *machismo*.

Outro motivo é a **impunidade**, fruto da ineficiência do sistema de segurança pública e jurídico do país. Não raro o agressor permanece em liberdade e dando continuidade às suas ameaças, o que incentiva o cometimento de abusos, a sensação de insegurança da ofendida e o descrédito quanto ao amparo do poder público.

Dentre as mulheres que declararam ter sofrido violência doméstica, a maioria apontou como agressor o atual marido, companheiro ou namorado ou ex-marido, ex-companheiro ou ex-namorado. Disso extrai-se que uma **característica marcante da violência doméstica e familiar contra mulheres é o fato de ela ser perpetrada principalmente por pessoas que mantêm ou mantiveram com a vítima uma relação de intimidade**; fato que contribui bastante para a subnotificação e, conseqüentemente, para a repressão desse tipo de crime.

São diversas as razões pelas quais as mulheres não denunciam seus agressores. A principal delas é o medo de: ocorrer a represália por parte do agressor ou o agravamento da situação, que suas alegações não sejam

⁶³ Sentimento de aversão, repulsa ou desprezo pelas mulheres e valores femininos.



tidas como verdadeiras, colocar em risco a estrutura familiar, ser julgada pela sociedade, abandonada, ter seu marido preso, não ter apoio familiar, dentre outros medos.

Há também **razões culturais**, próprias de uma sociedade machista, que leva a mulher vitimizada a se sentir culpada ou inadequada por supostamente estar infringindo regras e padrões sociais estereotipados. Também ligada à questão cultural, há o vínculo de submissão, fazendo com que as vítimas encarem com certa normalidade o comportamento agressivo dos seus companheiros.

Nesse contexto, alguns dados são capazes de dar a profundidade desse problema. Por mais surreal que pareça, **um em cada três brasileiros acredita que, nos casos de estupro, a culpa é da mulher** (!!!), de acordo com pesquisa **Datafolha** encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e divulgada em 2016⁶⁴. Segundo o levantamento, 33,3% da população brasileira acredita que a vítima é culpada. O mais incrível é que esse dado inclui as mulheres, principais vítimas desse crime. Entre elas, 32% acredita que, nos casos de estupro, a culpa é da mulher. Entre os homens, esse número é de 42%. E mais, segundo a mesma pesquisa, para 30% dos homens, a mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuprada.

Há também razões ligadas à **dependência financeira**, pois, caso o agressor seja preso, pode-se perder a principal fonte de renda da família. Nesse sentido, a denúncia pode significar não ter recursos para sua sobrevivência e da sua família.

A violência contra a mulher é assunto complexo e, como tal, exige atuação em diversas frentes. Sob o ponto de vista **educacional**, é preciso inibir o reforço a estereótipos que impõem a linguagem da violência contra a mulher como algo normal na nossa sociedade, investindo em projetos socioeducativos direcionados à valorização e à proteção da figura da mulher.

Além disso, é necessário que haja o **encorajamento** para que haja a denúncia em caso de agressão. Nessa seara, é imprescindível que o Estado entenda e exerça o seu papel como protagonista desse processo. Isso envolve a necessidade de serem providas tanto a infraestrutura física quanto o suporte emocional e familiar para que as vítimas se sintam suficientemente seguras para denunciar. Enquanto medidas efetivas não forem suficientemente adotadas pelo Estado, as iniciativas que incentivem as vítimas a denunciarem restarão frustradas.

A proteção a ser implementada pelo Estado deve ser ainda mais intensa uma vez havida a denúncia. Nesse âmbito, destacam-se as **medidas protetivas de urgência constantes da Lei Maria da Penha**⁶⁵, propostas

⁶⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/um-em-cada-3-brasileiros-culpa-vitima-em-casos-de-estupro-diz-datafolha.html>. Acesso em 06 de janeiro de 2020.

⁶⁵ São medidas protetivas de urgência, previstas nos arts. 22 a 24 da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha - **LMP**):

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, **as seguintes medidas protetivas de urgência**, entre outras:

I - **suspensão da posse ou restrição do porte de armas**, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - **afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida**;



com o fito de neutralizar o poder de ação do autor da violência, além de medidas severas caso o ofensor as descumpra.

Para isso, é fundamental o fortalecimento da repressão aos atos de violência, intensificando a fiscalização do cumprimento das medidas impostas, bem como dotar de maior agilidade os procedimentos administrativos e judiciais, contendo de forma oportuna a violência e as ameaças e evitando que elas redundem em morte.

Agora, apresentemos alguns dados acerca do cometimento desse crime. Segundo pesquisa quantitativa elaborada pelo FBSP e pelo Instituto Datafolha⁶⁶:

- De acordo com o ABSP/2020, houve, em 2019, **266.310 registros de lesão corporal dolosa em decorrência de violência doméstica**⁶⁷, o que significou um aumento de 5,2% em relação ao ano anterior.
- 27,4% das mulheres reportaram ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos doze meses (aproximadamente 1 em 4);
- O autor da violência contra a mulher é normalmente alguém próximo da vítima: 76,4% das mulheres indicaram que o agressor era um conhecido, aumento de 25% em relação à pesquisa realizada em 2017. Dentre os vínculos mais citados destaca-se namorado/cônjuge /companheiro como o principal

III - **proibição de determinadas condutas**, entre as quais:

- a) **aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas**, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
- b) **contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação**;
- c) **frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida**;

IV - **restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores**, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - **prestação de alimentos provisionais ou provisórios**.

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

- I - **encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento**;
- II - **determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio**, após afastamento do agressor;
- III - **determinar o afastamento da ofendida do lar**, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;
- IV - **determinar a separação de corpos**.

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

- I - **restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida**;
- II - **proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum**, salvo expressa autorização judicial;
- III - **suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor**;
- IV - **prestação de caução provisória**, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

⁶⁶ <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>. Acesso em: 06 de janeiro de 2020

⁶⁷ *A lesão corporal dolosa praticada em contexto doméstico refere-se a todo ato de violência física praticado contra a mulher no ambiente familiar.*



perpetrador, com 23,8% (aumento de 23%), ex-namorados e ex-companheiros com 15,2% e vizinhos com 21,1%;

- A maioria das mulheres continua sendo vítima de violência dentro de casa (42%), e apenas 10% relatam ter buscado uma delegacia da mulher após o episódio mais grave de violência sofrida no último ano.

Acrescentando algumas informações, acompanhe o infográfico, apresentado pela pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil 2º edição⁶⁸”.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2-edicao/>. Acesso em:



VISÍVEL E INVISÍVEL: A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL – 2ª EDIÇÃO

Realização:



Patrocínio:

CONSELHO FEDERAL GESTOR DO
FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO

59%

da população afirma ter visto uma mulher sendo agredida fisicamente ou verbalmente no último ano, redução de 10% em relação a 2016.



28%

viram mulheres que residem na sua vizinhança sendo agredidas por maridos, companheiros, namorados ou ex-maridos, ex-companheiros, ex-namorados.

43%

dos brasileiros viram homens abordando mulheres na rua de forma desrespeitosa, mexendo, passando cantadas, dizendo ofensas.

37%

viram homens humilhando, xingando ou ameaçando namoradas ou ex-namoradas, mulheres ou ex-mulheres, companheiras ou ex-companheiras.

20%

viram meninas, moças ou mulheres adultas que residem na sua vizinhança sendo agredidas por parentes como pai, padrasto, irmão, tio, cunhado, avô, etc.

Embora a comparação com os dados de 2016 indique redução nos níveis de percepção da violência contra a mulher, os dados de vitimização não corroboram essa informação.

VITIMIZAÇÃO

Relação com o agressor

76,4% das mulheres que sofreram violência afirmam que o agressor era alguém conhecido

Crescimento de 25% em relação a 2016, quando 61,2% das mulheres afirmaram conhecer o agressor

23,8%

Cônjuge/companheiro/
namorado

21,1%

Vizinho

15,2%

Ex-cônjuge/ex-companheiro/
ex-namorado

VITIMIZAÇÃO



536 mulheres
foram vítimas de agressão física a cada hora no último ano
(4,7 milhões de mulheres)

27,4%
(16 milhões de mulheres)

das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses.



21,8%
(12,5 milhões) foram vítimas de ofensa verbal, como insulto, humilhação ou xingamento



9,0%
(4,7 milhões) sofreram empurrão, chute ou batida



8,9%
(4,6 milhões) foram tocadas ou agredidas fisicamente por motivos sexuais



3,9%
(1,7 milhão) foram ameaçadas com faca ou arma de fogo



3,6%
(1,6 milhão) sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento

Mulheres jovens relatam maiores níveis de vitimização

42,6% das mulheres de 16 a 24 anos afirmam ter sofrido violência nos últimos 12 meses

33,5% das mulheres de 25 a 34 anos

27,1% das mulheres de 35 a 44 anos

17,8% das mulheres de 45 a 59 anos

13,6% das mulheres de 60 anos ou mais

Vitimização também é maior entre as mulheres pretas

24,7% mulheres brancas

27,5% mulheres pardas

28,4% mulheres pretas



Proposta de solução

Definição dos pontos semânticos

- Tema: violência contra a mulher;
- Tese: necessário analisar as suas causas e barreiras para a solução do problema;
- Tópico 1: causas da violência contra a mulher;
- Tópico 2: barreiras;
- Conclusão: proposta de intervenção.

A **violência contra a mulher** [tema] é fato muito frequente na sociedade. Segundo o instituto Datafolha, uma em cada quatro mulheres brasileiras com mais de 16 anos sofreu agressões nos últimos doze meses. Face à gravidade do problema, faz-se necessário analisar as suas causas e as barreiras para a solução do problema. [Tese]

Inicialmente, mencione-se que a violência contra a mulher é consequência do machismo na sociedade, responsável pela cultura de objetificação da mulher, posicionando-a em situação de inferioridade em relação ao homem. A desigualdade de poder entre os sexos, constituída por questões econômicas, culturais e educacionais, coloca a mulher em situação de vulnerabilidade, oportunizando todo tipo de violência. Apesar de, geralmente, a causa alegada para o ato de violência doméstica ser um motivo fútil (alcooolismo, uso de drogas, ciúmes, comportamento da mulher e questões financeiras), é o machismo, enraizado na



sociedade e revelado no sentimento cotidiano de posse e subjugação, que determina a maioria absoluta de casos de violência doméstica.

Uma das principais barreiras para a mudança desse quadro é o elevado índice de subnotificação. Apesar da gravidade do tema, segundo pesquisa Datafolha, 52% das mulheres vítimas de violência não denunciam o caso. Dentre as razões para esse elevado número, destacam-se: o medo de represália por parte do agressor; o agravamento da situação com a denúncia e o abalo da estrutura familiar. Há, também, razões culturais próprias de uma sociedade machista que levam a mulher vitimizada a se sentir culpada ou inadequada por supostamente estar infringindo regras e padrões sociais estereotipados. Quando há a dependência financeira, a questão torna-se ainda mais complexa, visto que a denúncia pode comprometer a subsistência da sua família.

Diante do panorama exposto, é fundamental que o Estado tome providências para evitar esse crime, tais como: fortalecer a rede de proteção destinada a amparar as vítimas para que se sintam encorajadas a denunciar seus agressores e investigar e punir os responsáveis por crimes dessa natureza como forma de reduzir a impunidade e dissuadir esse tipo de prática.

Tema 30

Visão do Correio: Infância, um grito de socorro

Denúncias de maus-tratos infringidos a crianças e adolescentes se tornam cada vez mais frequentes no Brasil. Algumas ganham notoriedade, como o caso de Isabella Nardoni, de 5 anos, Mirella Poliana de Oliveira, de 11 anos, e Rhuan Maycon, de 9 anos. A primeira, morta pelo pai e a madrasta, foi jogada do 6º



andar do prédio onde passava o fim de semana. A segunda, nas manchetes desta semana, foi assassinada pela madrasta, que, ao longo de dois meses, a envenenou à prestação. O terceiro foi esquartejado pela mãe e companheira, depois de ter o pênis decepado.

As tragédias que ganham visibilidade não constituem ponto fora da curva. Ao contrário. Chamam a atenção para a crescente violência cometida contra parcela da população indefesa, incapaz de exercer a plenitude dos direitos. Os algozes, na maior parte das vezes, não são inimigos contra os quais se aciona a Justiça na busca de salvaguarda. São membros da família ou instituições do Estado, negligentes no cumprimento da Constituição e na efetividade da rede de proteção legal — seja na prevenção às violações, seja na redução de danos.

Os números divulgados causam indignação. Em 2017, segundo o levantamento mais recente do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), houve 307.367 casos de violência no Brasil — 126.230 dos quais se referem a menores de idade. É assustador: nada menos de 41%. Em 2018, o Disque 100 (canal de denúncias do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) registrou 152.178 ocorrências de agressão contra o público infantojuvenil.

[...]

Com adaptações. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniaao/2019/09/12/internas_opiniaao,781980/visao-do-correio-infancia-um-grito-de-socorro.shtml. Acesso em 27 de maio de 2020.

Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

A violência contra mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Ela é estruturante da desigualdade de gênero.

A violência contra as mulheres se manifesta de diversas formas. De fato, o próprio conceito definido na Convenção de Belém do Pará (1994) aponta para esta amplitude, definindo violência contra as mulheres como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Art. 1º). Além das violações aos direitos das mulheres e a sua integridade física e psicológica, a violência impacta também no desenvolvimento social e econômico de um país.

A violência atinge mulheres e homens de formas distintas. Grande parte das violências cometidas contra as mulheres é praticada no âmbito privado, enquanto que as que atingem homens ocorrem, em sua maioria, nas ruas. Um dos principais tipos de violência empregados contra a mulher ocorre dentro do lar, sendo esta praticada por pessoas próximas à sua convivência, como maridos/esposas ou companheiros/as, sendo também praticada de diversas maneiras, desde agressões físicas até psicológicas e verbais. Onde deveria existir uma relação de afeto e respeito, existe uma relação de violência, que muitas vezes é invisibilizada por estar atrelada a papéis que são culturalmente atribuídos para homens e mulheres. Tal situação torna difícil a denúncia e o relato, pois torna a mulher agredida ainda mais vulnerável à violência. Pesquisa revela que, segundo dados de 2006 a 2010 da Organização Mundial de Saúde, o Brasil está entre os dez países com



maior número de homicídios femininos. Esse dado é ainda mais alarmante quando se verifica que, em mais de 90% dos casos, o homicídio contra as mulheres é cometido por homens com quem a vítima possuía uma relação afetiva, com frequência na própria residência das mulheres.

Um dos instrumentos mais importantes para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres é a Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006. Esta lei, além de definir e tipificar as formas de violência contra as mulheres (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral), também prevê a criação de serviços especializados, como os que integram a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, compostos por instituições de segurança pública, justiça, saúde, e da assistência social.

[...]

Com adaptações. Disponível em <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/violencia>.
Acesso em 27 de maio de 2020.

Coronavírus: denúncias de violência doméstica aumentam e expõem impacto social da quarentena

À medida que a população tem acatado a quarentena, na tentativa de achatar a curva de afetados pela Covid-19, um outro (velho) desafio aponta no contexto de isolamento social. Indicadores de violência de alguns estados, sobretudo a doméstica, aumentaram logo após terem sido estabelecidas restrições de deslocamento a espaços públicos e privados por causa da pandemia.

Somente no Paraná, por exemplo, houve um aumento de 15% nos registros de violência doméstica atendidos pela Polícia Militar no primeiro fim de semana de isolamento. No Rio de Janeiro, a incidência foi ainda mais expressiva: os números cresceram em 50%.

ONGs chinesas de proteção à mulher notaram, além disso, procura maior por ajuda durante a pandemia do novo coronavírus. No Brasil, a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH) anunciou aumento de 9% das denúncias atendidas pelo Ligue 180.

A violência doméstica é, no entanto, apenas parte da esteira do contexto atual que envolve, entre outras coisas, o aumento de denúncias de violação de direitos humanos, por exemplo. Segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), foram registradas 1,3 mil queixas dessa natureza de 14 a 24 de março.

Por violência doméstica, compreende-se qualquer tipo de violência ocorrida dentro do âmbito familiar. Mulheres, homens, idosos, crianças e funcionários podem ser vítimas.

"O isolamento social imposto recentemente é, na verdade, um fenômeno comum e que frequentemente está ligado a situações de violência doméstica", explica a professora doutora Valéria Ghisi, coordenadora do Projeto Vidora (Violência Doméstica e Relacionamentos Abusivos) do curso de Psicologia da Universidade Positivo (UP). "O agressor tende a isolar socialmente a vítima, e a casa onde isso ocorre é tida por muitos como um espaço onde os olhos dos outros não chegam. O coronavírus apenas potencializou a questão".



Com adaptações. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/coronavirus-denuncias-de-violencia-domestica-aumentam-e-expoem-impacto-social-da-quarentena/>. Acesso em 27 de maio de 2020.

Considerando que os fragmentos de texto apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da **violência doméstica contra crianças, adolescentes e mulheres como um grave flagelo social e as ações da sociedade para mitigação desse problema**.

Abordagem teórica

1. Violência doméstica contra crianças

A violência doméstica é toda ação ou omissão que prejudique a integridade física, psicológica, a liberdade ou o direito ao pleno desenvolvimento e que ocorra no contexto físico de uma residência. Não se exige, necessariamente, relação familiar entre dois membros, podendo se manifestar, por exemplo, entre um padrasto e uma enteada.

A **violência doméstica contra crianças e adolescentes** é um grave problema social, tanto por acometer um grupo de elevada vulnerabilidade, quanto pelas consequências que gera. Esse problema é maximizado quando se considera a frequência que ocorre: em 2018, o Disque 100 (Disque Direitos Humanos) recebeu 76.216 denúncias envolvendo crianças e adolescentes⁶⁹. Em 2019, foram 86.837 denúncias, 14% a mais do que no ano de 2018⁷⁰. Considerando a elevada subnotificação, esses números são, certamente, muito maiores.

A família é a referência central da criança e o primeiro agente socializador; é na família que ela encontra amparo quando se sente ameaçado. O fato de a violência ser praticada pelos próprios familiares aumenta ainda mais a gravidade desse tipo de violência, pois, onde deveria encontrar segurança, a criança encontra dor e sofrimento. A violência contra crianças e adolescentes tem uma dupla implicação: representa, além da transgressão do poder de proteção do adulto, a coisificação da infância, pela negação da sua existência enquanto sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento.

A criança faz jus a diversas proteções, sejam elas previstas na Constituição, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nos tratados internacionais assinados pelo Brasil. Reconhece-se a necessidade de se preservar a infância e de se propiciar condições adequadas de desenvolvimento para que essa criança se torne um adulto plenamente capaz de viver em sociedade.

⁶⁹ Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/maio/criancas-e-adolescentes-sao-vitimas-em-mais-de-76-mil-denuncias-recebidas-pelo-disque-100#:~:text=O%20Disque%20100%20\(Disque%20Direitos,ter%C3%A7a%20feira%20\(14\)](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/maio/criancas-e-adolescentes-sao-vitimas-em-mais-de-76-mil-denuncias-recebidas-pelo-disque-100#:~:text=O%20Disque%20100%20(Disque%20Direitos,ter%C3%A7a%20feira%20(14).). Acesso em: 13 de junho de 2020.

⁷⁰ Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/2020/05/294/DISQUE-100-Ministerio-da-Mulher-divulga-Relatorio-2019.html#:~:text=Segundo%20o%20relat%C3%B3rio%20C%20o%20Disque,melhoria%20da%20qualidade%20do%20servi%C3%A7o>. Acesso em: 13 de junho de 2020.



A violência contra a criança pode ocorrer de diversas formas. A **violência física** é a face mais evidente. Não é objetivo aqui se discutir a polêmica da Lei da Palmada. Nosso foco é tratar sobre a violência abusiva, consistente, desproporcional, que deixa marcas físicas e psicológicas nas crianças e adolescentes.

Além dessa, é muito comum a **negligência**, a ação e omissão de responsáveis quanto aos cuidados básicos com a criança: alimentação, escola, atenção, amparo emocional, cuidados médicos, entre outros. A falta de um suporte adequado provoca prejuízos ao desenvolvimento da criança, sejam eles de ordem afetiva (carência de afeto, de reconhecimento, de valorização etc.), sejam eles de ordem física.

Também comum é a **violência psicológica/emocional**. Como se supõe, consiste, por exemplo, em ameaça, manipulação, humilhação, chantagem e outros instrumentos capazes de levar a criança ou o adolescente a um quadro de sofrimento.

Não se pode deixar de mencionar a **violência sexual**, a qual ocorre por meio do abuso sexual ou da exploração sexual (pornografia infantil, prostituição, turismo sexual, tráfico de pessoas). A violência sexual é majoritariamente cometida no ambiente doméstico⁷¹, o que contribui para sua invisibilidade. Suas consequências envolvem a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez e transtornos psicológicos dos mais variados, os quais podem, inclusive, culminar em suicídio.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, dos 66.041 casos registrados de violência sexual, 53,8% foram cometidas contra crianças de até 13 anos. Trata-se de dado estarrecedor e que nos dá a gravidade do problema a ser enfrentado.

A violência contra a criança e o adolescente é um fenômeno **ligado a causas histórico-culturais**. Parte da presunção de que crianças e adolescentes são objeto de dominação do adulto e de que, pela sua condição de dependência, estão sujeitos a abusos realizados por seus mantenedores.

Essa violência baseia-se numa relação de poder e é justificada muitas vezes com o objetivo de “educar” ou “corrigir”. Culturalmente, ainda existe a crença de que castigos físicos ou psicológicos fazem parte do processo de educação.

Nesse contexto, é importante mencionar que o reconhecimento legal da dignidade e vulnerabilidade da criança e da necessidade de tratamento especial são garantias recentes. Até pouco tempo, crianças eram vistas como adultos, a infância não existia e o trabalho infantil não era visto como exploração. Além disso, as crianças eram julgadas como adultos nos crimes que cometiam e o infanticídio não era crime. Comparando esse panorama com o estágio atual, percebe-se que a legislação evoluiu bastante, mas a cultura muda de forma muito mais lenta, o que, em parte, contribui para o referido cenário de violência.

⁷¹ Segundo Ouvidoria Nacional do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), apresentados nesta terça-feira na Câmara dos Deputados quase 90% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes são registrados no ambiente familiar.



Pode-se também mencionar como elemento da violência infantil a **falta de preparo dos pais para a paternidade/maternidade**. A ausência de um planejamento familiar ou a sua falta pode aumentar a probabilidade de haver, em alguma medida, um sentimento de rejeição dos pais para com a criança, o que aumenta as chances de violência.

A **impunidade** é outro fator a ser mencionado. A inocência característica da infância e o fato de essa violência ser, predominantemente, realizada por quem mantém algum tipo de vínculo com a vítima podem ser usados como forma de distorcer a realidade ou chantagear a criança para que não relate a ocorrência de abusos. Não sendo a verdade revelada, não há como haver punição. Contribuem também para a impunidade o fato de as crianças que relatam essas violências serem frequentemente estigmatizadas ou desacreditadas e o medo de represália.

Algumas bibliografias referentes ao assunto mencionam haver um recorte social na questão. Segundo a bibliografia de referência⁷² essa violência seria mais frequente nas classes economicamente mais desfavorecidas:

" Trata-se de um fenômeno complexo que envolve causas sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos, aliado a pouca visibilidade, à ilegalidade e à impunidade. Atinge todas as classes sociais e está também ligada as relações desiguais entre homens e mulheres, adultos e crianças, brancos e negros, ricos e pobres.

Entretanto, a violência apresenta-se com mais facilidade nas classes economicamente mais desfavorecidas, devido as condições precárias de sobrevivência, causadas pela má distribuição da renda, a aceleração do processo de urbanização, a migração, a pobreza e a ineficácia das políticas sociais.

Neste contexto estão inseridas as crianças e os adolescentes como vítimas de uma estrutura econômico-social de desigualdades, além de serem consideradas como objeto de dominação dos adultos, contaminados da ideia de fraqueza e inferioridade". (Grifos nossos)

Para finalizar e resumir essa discussão, destaco um excerto de um dos documentos da OMS sobre o assunto⁷³:

Um fator chave que torna as crianças, e especialmente as meninas, vulneráveis à violência (e que aumenta a probabilidade de que meninos e homens pratiquem tais violências) é a tolerância social, tanto da vitimização de meninas quanto da perpetração por parte de meninos e de homens. Esse tipo de abuso ou exploração é frequentemente percebido como normal e fora do controle das comunidades, o que, ao lado

⁷² Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 494 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contras-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

⁷³ INSPIRE: sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/207717/9789241565356-por.pdf?ua=1>. Acesso em: 13 de junho de 2020.



da vergonha, do medo e da crença de que ninguém pode ajudar, resulta em baixos níveis de denúncia às autoridades. Além disso, as vítimas muitas vezes são consideradas culpadas pela violência que sofreram. Essa tolerância da sociedade em relação à violência em geral e, particularmente, à violência sexual e perpetrada por parceiros íntimos decorre do status inferior de mulheres e crianças em muitas sociedades, e de normas culturais relacionadas a gênero e masculinidade. Dessa forma, mudanças em normas sociais relacionadas ao direito dos homens sobre o corpo de meninas e de mulheres – e ao controle de seu comportamento – são uma estratégia crucial para alcançar equidade de gênero, reduzir a violência contra meninas, formatar atividades de prevenção e dar atendimento a necessidades específicas de cuidados e apoio.

2. Violência doméstica contra mulheres

Esse é um tema já debatido em aulas anteriores, por isso iremos tratar de forma mais sucinta e específica voltada à questão da violência doméstica.

Pode-se afirmar que a violência contra as mulheres possui certas especificidades que a diferenciam da violência de forma geral. Enquanto os homens têm maior probabilidade de serem vítimas de pessoas com as quais não há vínculo mais próximo, as mulheres têm maior probabilidade de serem vítimas de membros de suas próprias famílias ou de seus parceiros íntimos.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019:

- Foram registrados, em 2018, 4.107 homicídios com vítimas do sexo feminino e 1.206 feminicídios, totalizando 5.313 casos⁷⁴.
- Nos casos em que foi possível identificar qual é a relação do autor do feminicídio com a vítima, 88,8% das vítimas foram assassinadas pelos próprios companheiros ou ex-companheiros.

Além disso, segundo o documento mencionado, nos registros em que é possível identificar onde a mulher foi assassinada, 65,6% aconteceram na residência, o que remete ao contexto de violência doméstica. Assim, ocorrem no âmbito de relações das quais se espera segurança e confiança, e que, frequentemente, estão permeadas por tabus por dizerem respeito à esfera doméstica e familiar. Essa cultura pode ser constatada a partir de frases cristalizadas no imaginário popular, como: "em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher".

Segundo o Atlas da Violência de 2019:

Apenas em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícia para registrar episódios de agressão (lesão corporal dolosa) em decorrência de violência doméstica, número que pode estar em muito subestimado dado que muitas vítimas têm medo ou vergonha de denunciar.

⁷⁴ Feminicídio é o homicídio praticado contra vítima mulher por motivações baseadas em violência doméstica e/ou intrafamiliar, ou em caso de menosprezo ou discriminação pela condição de mulher. Lei.13/104 de 2015.



[...]

Pesquisa de vitimização produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Instituto Datafolha indicou, em fevereiro de 2019, que apenas 10,3% das mulheres que afirmaram terem sofrido algum tipo de violência no período de 12 meses entre 2018 e 2019 procuraram uma delegacia da mulher, 8% procuraram uma delegacia de polícia comum e 5% das respondentes ligaram para o 190.

É também crítica a questão da reiteração nesse tipo de violência, pois, sendo praticada por alguém da estreita convivência da vítima, tende a acontecer novamente. Decorre disso um estado de terror constante, causador de insegurança e instabilidade, agravado pelo fato de as vítimas nunca saberem quando e que tipo de evento pode desencadear a fúria dos agressores. Trata-se de contexto com alta possibilidade de formação de um ciclo de violência, cujo desfecho pode ser a morte da vítima.

Esse tipo de violência gera um intenso constrangimento às vítimas perante família, vizinhos, amigos e conhecidos. Tal cenário pode gerar ansiedade e depressão e contribuir para que a vítima não denuncie o agressor.

3. Sociedade

A participação da sociedade pode se dar em diversos campos, envolvendo, principalmente, a conscientização, educação e participação.

No que se refere à participação, a sociedade não pode ser conivente com esse tipo de violência. Deve, pois, recorrer aos inúmeros canais de denúncia existentes, tais como: Disque 100⁷⁵ (crianças e adolescentes), Ligue 180 (mulheres), aplicativo Proteja Brasil⁷⁶, Ministério Público, Delegacias, Conselho Tutelar, entre outros.

Também no que se refere à participação, cabe à sociedade, individualmente ou de forma organizada, exigir a apuração dos crimes de violência e a aplicação da lei aos que comprovadamente forem os responsáveis.

No que se refere à educação, é fundamental ensinar às crianças sobre os problemas que envolvem a violência, formando uma geração mais consciente. É nossa responsabilidade, de toda a sociedade, investir na educação de meninos e meninas, para que se compreendam como pessoas humanas dignas e que merecem e devem respeito entre si. Essa tarefa deve ser compartilhada entre a escola e, principalmente, a família.

⁷⁵ Trata-se de canal que recebe, analisa e encaminha denúncias de violações de direitos humanos relacionadas Crianças e adolescentes

⁷⁶ O Proteja Brasil é um aplicativo gratuito que permite a toda pessoa se engajar na proteção de crianças e adolescentes. É possível fazer denúncias direto pelo aplicativo, localizar os órgãos de proteção nas principais capitais e ainda se informar sobre as diferentes violações. Fonte: <http://www.protejabrasil.com.br/br/>.



São também cabíveis as campanhas educativas, de forma a tornar claras as consequências nocivas para as vítimas e para os infratores, os quais estarão sujeitos a severas punições. Trata-se de vertente bastante importante, haja vista o forte componente cultural que permeia a questão.

Sob a vertente da conscientização, é fundamental cada indivíduo entender as consequências dos atos praticados, os quais podem provocar feridas jamais cicatrizadas. Cada integrante da família deve zelar pela criação de um ambiente familiar saudável e investir na resolução dos problemas mediante o diálogo, sem o uso da força.

Proposta de solução

A violência doméstica é problema atemporal, que independe de idade, sexo ou classe social. Tem como suas principais vítimas alguns segmentos mais vulneráveis, como as crianças, os adolescentes e as mulheres. Trata-se de um grave problema social, cuja mitigação envolve efetivas ações da sociedade [tese].

Inicialmente, esclareça-se que a violência doméstica contra crianças e adolescentes é um fenômeno ligado a causas histórico-culturais, aliado à pouca visibilidade e à impunidade. Parte da concepção da criança e do adolescente como objeto de dominação do adulto, o que se fortalece pela sua situação de dependência e fragilidade, bem como pela crença da violência como instrumento pedagógico. Assim, sem voz e sem defesa, essa parcela da população, que deveria ser a mais cuidada, é vítima de negligência, de violência física, psicológica e sexual. Como grande parte dos casos ocorre no âmbito da própria família, é enorme a subnotificação, quadro que estimula a impunidade. Segundo a Organização Mundial de Saúde, para cada caso notificado, entre 15 e 20 não são relatados às autoridades.

Outro segmento vitimizado no contexto da violência doméstica são as mulheres. Apesar dos avanços legislativos alcançados nos últimos anos, com destaque para a



promulgação da Lei Maria da Penha, os dados são desanimadores: segundo o Atlas da Violência, em 2018, mais de 4.000 mulheres foram assassinadas e, entre os casos de feminicídio, 66% aconteceram na residência, o que remete ao contexto de violência doméstica e de relação de proximidade com o algoz. Em certos casos, a violência é perpetrada na presença dos filhos, crianças ou adolescentes, gerando neles uma série de traumas psicológicos, desestruturando o núcleo familiar e realimentando o círculo vicioso da cultura da objetificação da mulher.

Diante do exposto, percebe-se a gravidade e a complexidade do problema. Trata-se de um cenário que exige mobilização, sobretudo, da sociedade, que, entre outras ações, deve denunciar ao ser observada situação que denote esse tipo de ocorrência. Além disso, como, geralmente, esse tipo de ato parte de pessoas próximas à vítima, é necessária a reflexão individual sobre as suas atitudes e respectivas consequências. A violência doméstica, além do dano às vítimas e à família, tem efeito multiplicador devido à normalização de um modelo familiar, que será reproduzido nos futuros relacionamentos dos membros do núcleo onde a violência ocorre, o que contribui para a perpetuação desse problema.

PRÁTICA

Caro aluno, agora é com você! Treine bastante com os temas expostos, lembrando-se sempre de aplicar o conhecimento acumulado nas aulas anteriores, tanto sob o ponto de vista da estrutura, quanto dos aspectos gramaticais.



Lembrem-se de nos encaminhar seu texto, se assim desejarem, por meio da área do aluno, de forma manuscrita digitalizada, conforme explicado na aula 00 do curso.

Para a sua redação, é importante especificar o número do texto escolhido no campo apropriado. Você pode nos encaminhar um arquivo único (em pdf) ou colar as imagens digitalizadas dentro de um documento em Word.

As questões discursivas serão devolvidas exclusivamente ao aluno, por meio da área destinada ao curso no site do Estratégia Concursos.

Desejamos um excelente trabalho a todos vocês!



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.